

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL
ADRIANA GOMES SANTOS

**GARIMPEIROS, QUANDO A “COBRA TÁ FUMANDO”: CONDIÇÕES DE
VIDA E DE TRABALHO NOS GARIMPOS EM RORAIMA (1975-1991)**

UBERLÂNDIA -MG
2013

ADRIANA GOMES SANTOS

**GARIMPEIROS, QUANDO A “COBRA TÁ FUMANDO”: CONDIÇÕES DE
VIDA E DE TRABALHO NOS GARIMPOS EM RORAIMA (1975-1991)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em História, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Heloisa Helena Pacheco Cardoso.

**Uberlândia-MG
Agosto/ 2013**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

S237g Santos, Adriana Gomes, 1983-
2013 Garimpeiros, quando a “cobra tá fumando”: condições de vida e de
trabalho nos garimpos em Roraima (1975-1991) / Adriana Gomes Santos. --
2013.
160 f. : il.

Orientadora: Heloísa Helena Pacheco Cardoso.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em História.
Inclui bibliografia.

1. História - Teses. 2. Trabalhadores - Roraima - História - 1975-1991
- Teses. 3. Garimpagem - Roraima - História - Teses. 4. Conflito social -
Roraima - História - Teses. I. Cardoso, Heloísa Helena Pacheco. II.
Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em
História. III. Título.

CDU: 930

ADRIANA GOMES SANTOS

GARIMPEIROS, QUANDO A “COBRA TÁ FUMANDO”: CONDIÇÕES DE VIDA E DE TRABALHO NOS GARIMPOS EM RORAIMA (1975-1991)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFU como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História, sob a orientação da Prof.ª Dr.ª Heloisa Helena Pacheco Cardoso.

Resultado: _____.

Uberlândia, _____ de _____ de 2013.

BANCA EXAMINADORA

Prof.ª Dr.ª Heloisa Helena Pacheco Cardoso
(UFU – Orientadora)

Prof. Dr. Fernando Sérgio Damasceno (UFRR)

Prof.ª Dr.ª Dilma Andrade de Paula (UFU)

AGRADECIMENTO

Considero esse um dos momentos mais delicados, principalmente porque muitos contribuíram das formas mais diversas para que o trabalho fosse realizado. Esse texto é fruto da construção coletiva de muitas mãos. Antecipadamente peço desculpas pelas possíveis omissões de nomes, e agradeço a todas as mãos a possibilidade do desenvolvimento da pesquisa.

Meus agradecimentos aos professores do curso de pós-graduação, da UFU, que, solidariamente acolheram-me nas discussões, tanto teórica quanto política, tornando-as um espaço bastante significativo na minha formação. Esperava ser muito mais difícil para uma nortista/nordestina cursar uma universidade em Minas Gerais. Mas, não encontrei barreiras culturais ao longo dessa jornada, a não ser os hábitos alimentares bastante diversos.

Agradeço especialmente à professora Drª. Heloisa Helena P. Cardoso, minha orientadora, que não mediu esforços e atenção para acompanhar todo o processo de desenvolvimento da pesquisa, mesmo que muitas vezes geograficamente distante. O êxito dessa empreitada só foi possível porque a orientadora estabeleceu um canal de diálogo, de questionamentos e de liberdade para análise da realidade social aguçando as indagações que carregava acerca do processo.

Os agradecimentos são sempre complicados porque necessariamente corremos ricos de esquecer alguém que nos foi caro para conseguimos traçar nossos objetivos. Ainda mais quando nos colocamos diante de uma pesquisa em um local em que inexiste estrutura para o desenvolvimento da mesma. O grau de dificuldades na busca de fontes aumenta. Com isso, tivemos que contar com o apoio de muitas pessoas, algumas delas de órgãos públicos que tiveram a sensibilidade de nos fornecer ajuda em prol de garantir uma boa análise.

Meus agradecimentos aos funcionários do IBGE/RR, principalmente o coordenador do Instituto, Carlos Vicente, que me abriu as portas e gavetas de seus arquivos sem qualquer receio garantindo que boa parte das fontes analisadas fosse compilada desse local. Agradeço aos funcionários da Casa da Cultura de Boa Vista-RR que por várias vezes me disponibilizaram e me conduziram na busca de materiais, momento também que dispensaram horas de narrativas de “tempos passados” sobre a “cultura do garimpo” em Roraima.

Agradeço à direção do Grupo *Folha de Boa Vista* que permitiu que adentrasse seus arquivos e compilasse as matérias necessárias para o desenvolvimento do trabalho. Aos

funcionários do museu e do Palácio da Cultura que atenderam-me com presteza. Não poderia deixar de agradecer aos funcionários, diretores e responsáveis pelo arquivo da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima que mantém um modelo em estrutura e organização de acervo, o que garantiu, junto com o bom atendimento, a eficácia na pesquisa no local.

Agradeço a contribuição indispensável do professor Gilberto Marques, da UFPA, que fez uma leitura atenta e me conduziu na análise do processo de desenvolvimento da Amazônia. A amiga e professora France Rodrigues, da UFRR, que há muitos anos acompanha e discute os garimpos em Roraima fornecendo as bases iniciais de inserção nas discussões sobre tema, assim como os contatos para obtenção das fontes.

A paciência e companhia do meu amado Carian na espera da mãe para atendê-lo, enquanto me debruçava sobre os livros e fontes durante esse percurso. A não tão paciente Anahi que chegou no meio do caminho e me trouxe mais alegria e ânimo para seguir a jornada. Ao meu companheiro Neto que esteve do meu lado em todos os momentos e foi com certeza o meu apoiador incondicional e também meu co-orientador, mesmo sem o título acadêmico, a experiência nas lutas e a cumplicidade assim o fizeram.

A minha mãe que auxiliou nos momentos em que sua presença era indispensável. Aos meus irmãos, especialmente o Ari que soube se inserir nessa rede de ajuda. Ao meu pai que nunca deixou de estar presente mesmo ausente. A minha vó que financiou minhas jornadas até que garantisse minha independência. Aos meus companheiros de luta e amigos que me apoiaram e me ajudaram quando os solicitava: Fernando Damasceno, que garantiu grande apoio logístico e as discussões políticas; a sensível, sincera e presente amiga, Érica Joyce Cavalcante; a aguerrida Ângela Cavalcante; ao prestativo Marcio Diogo e à performática Iana Vasconcelos pela atenção nas discussões e nos avanços da pesquisa.

A minha amiga e acolhedora que mobilizou a sua maravilhosa família toda vez que precisava para me atender, Bruna Silveira sem a qual o mestrado não seria o mesmo, a sua presença é inenarrável na minha vida. Ao amigo e companheiro de luta Dionísio, carpinteiro de ofício, que me ensinou muito sobre os operários e suas experiências, meu melhor professor. Aos trabalhadores dos garimpos e seus ensinamentos sobre solidariedade a quem dedico esse texto.

Aos trabalhadores da educação que me apoiaram e incentivaram a reivindicar na justiça o direito de fazer Mestrado quando o Governo do Estado, através da Secretaria de Educação, negou-me tal direito usando como uma das justificativas que “não servia para fins educacionais”. Entendo que o Estado tem a obrigação de dar condições para formação, em especial, dos trabalhadores e dos setores marginalizados. Como o Governo é omissivo e

opressivo tive que lutar por minha própria formação, sobretudo, porque acredito no meu trabalho e também que “só podem ver o brilho da lua aqueles que tiverem coragem de levantar a cabeça aos céus”.

RESUMO

Este trabalho propõe-se a discutir as relações sociais de trabalho e as condições de vida dos trabalhadores dos garimpos em Roraima, localizada na parte setentrional da Amazônia. No enfrentamento com os discursos dominantes privilegiamos o entrecruzamento das fontes, em especial, a narrativa dos trabalhadores. Através de suas vivências tentamos questionar estigmas e estereótipos, assim como, também, o passado, a partir das experiências e das disputas engendradas no presente. Essa perspectiva de análise foi escolhida de forma intencional a fim de direcionarmos o nosso tratamento aos setores e classes que poucas oportunidades têm de expor suas visões. Dessa forma, estamos diante da complexa análise de um espaço de disputa em que a própria imagem da pesquisadora é colocada como objeto de reflexão. Assim, buscamos visibilizar os sujeitos e os grupos com interesses divergentes que disputam as mesmas áreas. Neste intrincado jogo de interesses, a imagem dos garimpeiros é forjada de acordo com as necessidades dos grupos em responder às pressões sociais, aos conflitos e às disputas. Também abordamos a construção do garimpo como território de disputa em que os povos indígenas, juntamente com as organizações e instituições que os apoiam, enfrentam uma guerra emblemática contra os demais invasores e garimpeiros. Nesse mesmo território também são vivenciadas pelos trabalhadores a intensidade da exploração, as péssimas condições de trabalho e a ausência de direitos trabalhista e políticas públicas. Esse descaso, por sua vez, parece servir aos interesses de manutenção das condições de trabalho e de conflito que perdura há décadas nas áreas indígenas. A experiência do garimpo transformou esses garimpeiros, homens e mulheres, trabalhadores, constituindo-se novos sujeitos sociais que mantêm suas relações fugidias num emaranho de lutas e disputas.

Palavras-chave: garimpos, garimpeiros, conflito, interesses e experiências.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to discuss the working relationships and the living conditions of mines' workers in Roraima, located in Amazon's northern region . In dealing with the dominant discourses we privileged the sources' intersection, in particular the workers' narratives. Through their experiences we tried to question stereotypes and stigmas, as well as the past, from the experiences and disputes engendered in the present. This perspective of analysis was intentional and its purpose was to focus our study in the sectors and classes that have few opportunities to express their views. Therefore we stand before the complex analysis of an area in dispute in which the researcher's own image is placed as an object of reflection. Thus, we seek to demonstrate the subjects and groups with divergent interests vying for the same areas. In this intricate interplay of interests, the miners' image is forged according to the needs of groups to respond to social pressures, conflicts and disputes. We also discussed the mine's structuring as a territory in dispute in which indigenous peoples, along with the organizations and institutions that support them, face an emblematic war against miners and other invaders. In this same area workers also experience the intense exploitation, the poor working conditions and lack of labor rights and public policies. This neglection, in turn, seems to serve to those who are interested in maintaining these working conditions and conflicts that have endured for decades in indigenous areas. The mining experience remodelled these working men and women, constituting themselves as new social subjects who maintain their elusive relationships in a maze of fights and disputes.

Keywords: mining, miners, conflict, interests and experiences.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
CAPÍTULO 1: GARIMPOS E GARIMPEIROS NO INTRICADO JOGO DE INTERESSES POLÍTICOS E ECONÔMICOS EM RORAIMA	18
CAPÍTULO 2: DAS IMAGENS SOBRE A MINERAÇÃO E OS TRABALHADORES DOS GARIMPOS	62
2.1 Os homens decididos	62
2.2 Garimpeiros: desbravadores	68
2.3 Aqueles que promovem o conflito	78
2.4 Os invasores	83
2.5 A rainha do garimpo	89
2.6 Vida fácil	92
CAPÍTULO 3: CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO DOS TRABALHADORES NO GARIMPO EM RORAIMA	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
FONTES	142
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	146

APRESENTAÇÃO

Durante a pesquisa conseguimos entender que a garimpagem em Roraima, e na Amazônia, faz parte do processo de expansão das fronteiras agrícolas que tem intensificado e acirrado os conflitos, especialmente, com os povos tradicionais e/ou comunidades indígenas, que entram em choque com os mais diversos grupos, dentre eles, posseiros e garimpeiros. Os governos, em vários períodos, segundo as necessidades de dar respostas aos interesses do sistema capitalista, têm fomentado a inserção e a ocupação dessas áreas.

Diante dessa dinâmica de mercado, alguns dos aspectos econômicos globais, um dos quais a divisão internacional do trabalho, o Brasil inversamente à industrialização chinesa, se “reprimariza”. Nesse sentido, o setor da indústria extractiva vem crescendo nas últimas décadas e o setor mineral¹ tem sido um dos que mais cresceram, cerca de 10%. Com a perspectiva de exploração do setor mineral têm sido criadas estratégias em que são negadas “a trabalhadores e sindicatos, movimentos sociais e ONGs, atingidos e populações indígenas e tradicionais quaisquer possibilidades de democratização e controle social das perspectivas futuras do setor”².

Na Amazônia, essa expansão da indústria extractiva mineral tem ampliado o conflito socioambiental. Populações urbanas e rurais, tradicionais e indígenas, entre outros grupos afetados, têm tido seus direitos tradicionais desrespeitados, ainda sob a proteção de um Estado em que suas bases econômicas estão estruturalmente vinculadas ao projeto político extractivista.³ Por sua vez, essa política extractivista mineral tem consumido espaço, ou seja, tem se apropriado de grandes áreas de terras para a sua efetivação.

A consequência dessa dinâmica de mercado que necessita de mais, e mais, terras tem gerado instabilidade e diversos conflitos entre os sujeitos que congregam interesses divergentes. Alguns dados da CPT (Comissão Pastoral da Terra) apontam que, somente em 2012, ocorreram 36 diferentes conflitos por terras relacionados à indústria extractiva mineral em todo o Brasil afetando 3.705 famílias. Este é um dado relacionado principalmente às grandes empresas. Mas, não é somente a questão mineral que se estabelece nos conflitos. Este faz parte, na realidade, de uma gama de interesses que se movem em direção às fronteiras.

¹ O principal mineral é o de ferro, que corresponde a 63,58% do valor explorado, dados de 2013.

² Endereço: <http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/noticias-2/12-conflitos/1546-conflitos-no-campo-brasil-2012>. Acesso em 03/06/2013.

³ Ibidem

Corroborando com a problemática, atualmente observamos diversos conflitos com os povos tradicionais devido ao adentramento das áreas em que habitam, como a questão da hidrelétrica de Belo Monte, localizada ao sul do Pará, uma das obras financiadas pelo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). A hidrelétrica que está sendo construída no rio Xingu afeta diversas comunidades indígenas através dos impactos ambientais e sociais, e provoca mudanças no ecossistema da região. No decorrer da construção da usina hidrelétrica houve, e ainda há, diversas manifestações dos povos indígenas, das comunidades que vivem no seu entorno e também de organizações e entidades preocupadas com a questão ambiental, étnica e social.

Nesse sentido, os povos da Amazônia são os mais afetados pela expansão das fronteiras com a finalidade de atender aos interesses do mercado. Na nossa pesquisa observamos que vários governos tratam da importância estratégica da ocupação da Amazônia, mas foi no Governo Militar que houve uma política de incentivo a ocupação da região que tinha como objetivo preponderante a inserção da Amazônia na nova dinâmica de mercado. Esse processo de ocupação e inserção da Amazônia para atender aos interesses de mercado teve diversas fases e cumpriu um papel preponderante no acirramento dos conflitos.

Vários elementos estão entrelaçados na situação conflituosa diretamente vinculada aos interesses divergentes sobre as áreas em que estão depositados os minerais. São eles: contingente significativo de migrantes nordestinos para Roraima direcionados para a ocupação do interior e posterior falência dos projetos das colônias agrícolas; interesse de políticos e empresários na exploração mineral e existência de várias etnias que ocupam as mesmas áreas mineráveis. Desde então, a região vive o conflito, entre os vários sujeitos sociais, de disputa pelas áreas em que estão os minerais e que também acomodam as reservas indígenas.

Nesse sentido, objetivamos garantir que no Primeiro Capítulo *_ Garimpos e garimpeiros no intrincado jogo de interesses políticos e econômicos em Roraima_* fosse traçado um panorama da região, mapeando os conflitos de interesses sobre a mineração com o intuito de identificar os diversos grupos que disputam as áreas onde se localizam os minerais. Assim acrescentamos a este capítulo a análise do contexto social a respeito das regulamentações sobre as áreas, a aplicabilidade da legislação e as medidas e ações do governo, dos diferentes grupos e dos próprios trabalhadores dos garimpos nas discussões travadas sobre a mineração.

No Segundo Capítulo *_ Das imagens sobre a mineração e os trabalhadores dos garimpos_* nos propomos a trabalhar as imagens construídas sobre os trabalhadores dos

garimpos pelos diversos grupos e segmentos sociais que buscamos compreender, ainda no Primeiro Capítulo, através do diálogo e entrecruzamento das fontes analisadas. Acreditamos que este aspecto é importante, pois percebemos como os trabalhadores são vistos pelos grupos que disputam as áreas em que se concentram os minerais e como eles próprios se veem em meio a essas discussões e na própria atividade de garimpagem. Em todos os capítulos as falas das trabalhadoras aparecem. Neste capítulo, porém, tentamos buscar a imagem construída dessas mulheres através dos trabalhadores e trabalhadoras que atuam na atividade de garimpagem, já que estas se fazem ausentes nas outras fontes.

O Terceiro Capítulo *Condições de vida e trabalho dos trabalhadores nos garimpos em Roraima* tem o objetivo de analisar as condições em que vivem e trabalham as pessoas submetidas à falta de controle da produção e de organizações que representem seus interesses. Percebendo também como se relacionam nas regiões isoladas dos garimpos, a constituição dos laços de solidariedade e as alternativas de lazer, as condições de higiene, saúde e segurança e como se comunicam com os que estão fora dos garimpos. E as mulheres como se constituem as questões de gênero na peculiaridade da produção mineral e nas relações sociais que se constituem nas regiões de garimpagem. Assim, percorremos, através das fontes, os vários aspectos que perpassam a cotidianidade das relações sociais de produção vivenciadas pelos sujeitos que se arriscam nesta atividade e que apesar das condições extraordinárias esperam algum dia “bamburrar” (encontrar uma quantidade enorme de ouro e enriquecer).

Optamos por não concentrar discussões teóricas e fontes em determinadas partes do texto e tentamos fazê-las desenvolvendo as discussões ao longo da escrita, o que nos garantiu um diálogo bastante reflexivo com relação à análise das fontes e da abordagem. Reivindicamos para a nossa abordagem a análise marxista e mantemos discussões bastante estreitas com alguns autores na vertente historiográfica que escolhemos trabalhar, como os ingleses Raymond Williams e Edward Palmer Thompson⁴, especialmente porque ressaltam em suas discussões a importância dos aspectos culturais da vida cotidiana, o fazer-se diante das construções sociais no âmbito da luta de classes e também por fundamentarem suas concepções de que os conceitos devem ser utilizados dentro de uma compreensão histórica e social.

Recorremos a outros autores, como Déa Ribeiro Fenelon, que fazem reflexões importantes acerca do nosso comprometimento enquanto historiadores, com a escrita e com a

⁴ Alguns dos textos dos autores que nos referimos são: WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.; THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Textos didáticos*. In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (Org.). Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2001.

interpretação das fontes. Fenelon nos coloca indagações de como pensar os problemas atuais colocados ao fazer História. Nesse recorte da apresentação de um livro Fenelon diz ser importante

a constatação de que conseguimos levantar indagações e nos fazer ouvir sobre a maneira de se fazer história, de nos posicionar quanto ao que se apresenta, para nós, como responsabilidade social no âmbito do exercício da profissão. Indagar, constantemente, por que, para que e como fazer História pensando o presente, continua sendo o ponto essencial das perspectivas que endossamos... é da prática social do historiador que estamos falando, salientando que continuamos engajados no questionamento das maneiras de fazer e de escrever história.⁵

Consideramos, dentro do nosso percurso, como primordial as reflexões suscitadas por Fenelon com relação à prática social do historiador. Também utilizamos autores que nos ajudaram a amadurecer e refletir sobre a metodologia com fontes orais, como Yara Aun Khoury e Alessandro Portelli, que nos permitem perceber no trabalho com essas fontes os elementos de unicidade e diversidade nas narrativas quando estas são visualizadas dentro de um processo histórico e social. As narrativas orais têm lugar e significado da expressão da vivência dos processos pelos trabalhadores. E para compreenderemos a construção da análise e interpretação das fontes orais observamos as discussões realizadas pelos autores já citados, como no seguinte recorte de um texto de Khoury:

Imbuídos da noção de sujeito anteriormente apontada, dialogar com pessoas sobre cuja experiência refletimos, tem significado explorar modos como narrativas pessoais e únicas trazem dimensões do social vivido e compartilhado; como apontam alternativas em jogo na realidade social, processos de dominação e resistência, horizontes possíveis, limites enfrentados ou a enfrentar. Tem significado compreender as narrativas como expressões de suas carências, expectativas, lutas e acomodações na vida social. Nessa lida, temos buscado investigar como homens e mulheres, compartilhando experiências sociais, vivendo e transformando modos de vida, identidades, vão se apropriando de valores e tradições, nas lutas cotidianas, alimentando e modificando sentimentos de pertencimento a um lugar, a um grupo, a uma memória; como vão criando referências culturais próprias e se apropriando de outras, e como essas experiências se fazem em meio a contradições e ambiguidade. Essa postura tem implicado buscar apreender o trabalho de consciência e da memória de cada um no movimento da história; em busca de compreender, nesse movimento, como grupos específicos se constituem como sujeitos históricos e, ao mesmo tempo, como estes dão contornos à história em meio a pressões e limites.⁶

Essas reflexões são importantes para não delinearmos nosso trabalho com as fontes orais nos restringindo apenas a transcrições e interposições de recortes das narrativas orais

⁵ FENELON, Déa Ribeiro. Apresentação. In: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto; KHOURY, Yara Aun. *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d'Água, 2006.p.7.

⁶ KHOURY, Yara Aun. O historiador, as fontes orais e a escrita da história. In: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto; KHOURY, Yara Aun. *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d'Água, 2006.p.29.

para a composição do texto. Ainda dentro do diálogo com as linguagens e as metodologias de análise destacamos outras fontes, os jornais. Para esses foi imprescindível recorremos a algumas autoras como Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto para entender a forma, o manuseio e a interpretação da fonte, especialmente porque essa constitui um elemento de disputa e pressões nas discussões com os vários grupos de interesses:

Transformar um jornal ou revista em fonte histórica é uma operação de escolha e seleção feita pelo historiador e que supõe seu tratamento teórico e metodológico. Trata-se de entender a imprensa como linguagem constitutiva do social, que detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa/sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe.⁷

Os jornais são uma das fontes que selecionamos para compreender a sociedade roraimense, mas, para que isso ocorra é necessário compreender que esses jornais se constituem numa “linguagem” específica e que estão organizados através de interesses e projetos políticos, como explicitado pelas autoras na citação. Além se sofrerem as pressões das disputas por interesses dos grupos que compõem a sociedade. Portanto, compreendemos que esses periódicos se enquadram exatamente na discussão também levantada por Maciel quando fala da produção da notícia que

não pode ser tomado apenas como um dado, uma constatação; ao contrário, a natureza dessa relação precisa ser desvendada, tomada como objetivo de nossas indagações para apreender sobre intenções e manipulações, tanto da produção de notícias quanto da sua publicação.⁸

Além das fontes, queremos destacar outro aspecto da construção da análise sobre o tema e do nosso olhar sobre o passado. Lidando com os antagonismos dos marcos temporais é que tentamos entender as mudanças e permanências dentro do processo social em que a mineração se constrói. Tentando desconstruir o “quando começa e quando termina”, nos colocamos também como parte destes marcos à medida que conseguíamos compreender o presente do qual partíamos.

⁷CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na Oficina do Historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História: história e imprensa*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, n.35, dezembro de 2007, p.260. Disponível em: < revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/download/2221/1322 > Acessado em: 01/10/12.

⁸ MACIEL, Laura Antunes. Produzindo Notícias e Histórias: Algumas Questões em torno da Relação Telégrafo e Imprensa – 1880/1920. In FENELON, Déa et alii. *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho d’água, 2004. Pág.15.

Observamos que houve, sim, um momento dentro desse processo histórico em que os trabalhadores constroem relações sociais de produção vivenciadas nos garimpos dentro do contínuo da atividade de garimpagem no Estado e este não ocorre de maneira isolada. Mas, dentro das discussões e propostas entre grupos políticos, como também do próprio Governo Federal, ficou perceptível que com a elaboração do projeto de mineração e migração para a Amazônia, através do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) implementado entre os anos de 1975 a 1979, houve mudanças significativas nas áreas de mineração em Roraima, especialmente no cotidiano dos trabalhadores, mudanças que se intensificaram ao longo da década de 1980.

Ao analisarmos esse período, percebemos que se constitui como recorrente nas fontes uma grande variedade de referências atribuídas à derrocada do projeto de garimpagem, que são a demarcação das reservas indígenas e a proibição da mineração nessas áreas, ocorridas em 1991. Encontramo-nos diante do paradoxo em que, ao mesmo tempo em que trabalhamos com a perspectiva de desmistificar o cristalino marcos temporal oficial, no entanto, é a eles que recorremos como uma necessidade de expressar a experiência dos trabalhadores dos garimpos em Roraima. Dessa forma, delimitamos o espaço temporal da pesquisa entre os anos de 1975 a 1991 devido a todos os elementos que explicitamos.

Vale ressaltar que houve um grande esforço na tentativa de perceber um título que representasse uma expressão cotidiana na vida dos trabalhadores nos garimpos e escolhemos o seguinte título: *Garimpeiros, quando a “cobra tá fumando”: as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores nos garimpos em Roraima (1975-1991)*. O termo a “cobra tá fumando” tem um sentido peculiar na lida diária dos trabalhadores, pois é quando estão trabalhando no “pesado”, em ritmo acelerado, as máquinas também ficam ligadas durante o longo período da exploração mineral realizada pelo grupo de trabalhadores o que significa a queima do óleo diesel e a emissão da fumaça. Portanto, a nosso ver, o termo quando a “cobra tá fumando” expressa bem a experiência vivenciada no cotidiano pelos trabalhadores na intensidade da produção mineral nos garimpos em Roraima. Essas experiências são percebidas desde as micro relações do grupo de trabalho ao realizar a exploração, perpassando pelas outras atividades que dão suporte a garimpagem até chegar ao macro das relações vividas pelo conjunto da sociedade roraimense.

Contudo, a Amazônia é muito complexa devido à diversidade social e cultural que congrega e, em meio aos interesses da reprodução capitalista, as contradições se afloram e se acentuam. Na nossa concepção estamos lidando apenas com uma pequena partícula das questões e conflitos que se propagam nessa região, não temos intenção que esta pesquisa dê

conta de discussões amplas sobre o tema, mas sim abrir essa discussão no campo acadêmico e até mesmo para os interessados e envolvidos nesse processo. Pois, no cotidiano de quem vive em Roraima essa discussão está colocada de forma muito viva, no entanto, contraditoriamente, pouco presente na academia.

CAPÍTULO 1

GARIMPOS E GARIMPEIROS NO INTRICADO JOGO DE INTERESSES POLÍTICOS E ECONÔMICOS EM RORAIMA

As discussões sobre a mineração em Roraima estiveram presentes durante o seu processo de formação histórica e atualmente encontra vários posicionamentos de grupos distintos com interesse nas áreas com ocorrência de minerais. Porém, essas áreas onde se concentram os minerais também são ocupadas por comunidades indígenas ocasionando diversos conflitos em torno do tema.

A Constituição Brasileira de 1988 faz referência tanto às áreas indígenas quanto ao exercício da garimpagem. No que trata das terras indígenas, o Art. 20 estabelece que “São bens da União... XI- As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios”: isso quer dizer que as comunidades indígenas possuem unicamente o usufruto da terra, não a posse. E sobre a garimpagem o Art. 21 afirma que “Compete a União... XXV- estabelecer as áreas e as condições para o exercício da atividade de garimpagem, em forma associativa.”

Diante disso, a regulamentação sobre as terras ocupadas pelos índios, em última instância, deve ser realizada pela União, assim como a atividade de garimpagem que também deve estabelecer as condições para o seu desenvolvimento. Isso está expresso no texto constitucional no “Art.22. Compete privativamente à União legislar sobre... XII – Jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia... XIV – populações indígenas”.

Ou seja, a regulamentação sobre a mineração, de um modo geral, compete à União, assim como também sobre as reservas indígenas. Atualmente, não existem regulamentações sobre a matéria, mas diante dos impasses que congregam interesses divergentes sobre as áreas de mineração, a questão em Roraima ainda é palco de muita discussão entre políticos, índios, garimpeiros e financiadores.

Corroborando para o acirramento das discussões sobre a regulamentação da mineração nas áreas indígenas temos o Projeto de Lei nº 121/95 que está em curso na Câmara dos Deputados aguardando reformas. O mesmo já foi aprovado no Senado onde retornará para apreciação das alterações realizadas pelos deputados. Esse Projeto de Lei tem como objetivo a regulamentação da mineração em terras indígenas e foi encaminhado pelo senador Romero

Jucá (PMDB/RR). Este declara que “o que a Constituição diz é que uma lei específica vai regular a forma como vai se dar a autorização de mineração em TIs.”⁹

O texto Constitucional apresenta ainda algumas disposições sobre a mineração, estabelecidas no Art. 177 que trata sobre o “monopólio da União”, e no inciso V sobre “A pesquisa, a lavra, o enriquecimento, o reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios e minerais nucleares e seus derivados”. Nesse sentido, cabe a União esse monopólio que aparece na seguinte forma:

Art. 176. As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra.

§ 1.º A pesquisa e lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais e o aproveitamento dos potenciais a que se refere o *caput* deste artigo somente poderá ser efetuado mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa constituída sob as leis brasileiras e que tenha sua sede e administração no país, na forma da lei, que estabelecerá as condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou terras indígenas.¹⁰

Ou seja, tanto a regulamentação sobre a mineração quanto o controle dos processos de concessão e autorização para a mineração ficam sob a autoridade da União. Vale ressaltar que nesse mesmo texto constitucional ficou estabelecida a desvinculação dos recursos minerais da propriedade do solo, ocasionando mudanças também nas formas de participação do proprietário do solo na exploração mineral. Dessa forma, com essa Constituição, a União passa a controlar de forma mais racional a exploração mineral.

É sob os postulados dessa regulamentação da mineração que o senador Romero Jucá estabelece as suas relações com o intuito da aprovação da matéria que trata da mineração em reservas indígenas. E declara, na revista *Tepui*, reconhecer que este tema traz em seu cerne um grande debate e diz que

Existem pessoas que são contra. É natural. Há uma movimentação no sentido do projeto não ser aprovado nos setores ambientais, setores de organizações, que atuam junto às comunidades indígenas. Há pressão. Mas há também a pressão da sociedade para que o projeto seja aprovado, porque é um projeto importante. No final das contas, a pressão para a aprovação desse deverá ser maior e a matéria deverá ser aprovada.¹¹

⁹ RODRIGUES, Éder. Mineração em Terras Indígenas: Legalizar ou não. *TEPUI: Dossiê das fronteiras*. Revista de jornalismo científico e cultural da Universidade Federal de Roraima. Ano I, Ed. 01. Roraima: UFRR, COORDCOM. 2012.p.46.

¹⁰ BRASIL. Senado Federal. *Código de Mineração e Legislação Correlata*. Brasília: subsecretaria de Edições Técnicas. Coleção Ambiental, vol. II, 2003. p.21.

Foram realizadas alterações posteriores inclusas no § 1.º com redação determinada pela Emenda constitucional n.º 6, de 15 de agosto de 1995.

¹¹ RODRIGUES, Éder. Op. Cit., p.47.

Romero Jucá reconhece que existem movimentos divergindo sobre a matéria e diante da repercussão e pressões sobre a temática em Roraima é necessário compreender que a regulamentação, ou não, da mineração nas reservas indígenas são alvo de discussão e conflito. O atual senador Romero Jucá já ocupou os cargos de governador do Território Federal de Roraima e também de presidente da FUNAI. Em seus mandados essa discussão sobre a mineração e regulamentação desta em reservas indígena estiveram presentes.

Podemos observar que a concentração da maioria das reservas indígenas está localizada ao norte e noroeste do Estado onde também há a ocorrência de minerais. Na imagem¹² do Estado podemos ver as duas situações, as reservas indígenas e as áreas com ocorrência de minerais.

Mapa I: Roraima: Reservas indígenas e minerais (2005).

¹²FEDERAÇÃO DO COMERCIO DO ESTADO DE RORAIMA. Economia de Mercado 2005. Elaboração: Flamis de Souza Campos. Boa Vista, FECORMÉRCIO-RR, 2005.p.24.



A imagem foi retirada de um material produzido pela FECORMÉRCIO-RR que fornece um estudo simplificado com dados econômicos e sociais do Estado. Para a compreensão da imagem são necessários alguns esclarecimentos: o colorido representa os minerais. O azul, nióbio e tântalo. O vermelho os minerais radioativos. Amarelo, o ouro. Laranja, o diamante, etc. As partes marcadas com cinza, que às vezes aparecem sobrepostas

por outras cores, representam as reservas indígenas.¹³ Nesse sentido, podemos verificar na imagem que a localização dos minerais e das reservas indígenas se sobrepõem.

No calor das discussões sobre a legalização e regulamentação da mineração nas reservas surgem diversas denúncias e manifestações de grupos contrários, e também de grupos que querem a implementação das medidas regulamentadoras. Enquanto essas discussões se fazem a mineração não deixou de ser realizada, ao contrário, atualmente, devido à valorização do ouro, houve um aumento de fluxo de trabalhadores para as reservas indígenas.

É importante observarmos os reflexos da valorização desse mineral em Roraima. É quando encontramos maior número de trabalhadores nas áreas. Esses fatos podem ser observados pelas denúncias na mídia sobre conflitos e discussões sobre as áreas de mineração. É através da disponibilidade da força de trabalho de trabalhadores garimpeiros que os proprietários de maquinário e investidores conseguem realizar a mineração nas reservas indígenas. Esses trabalhadores são facilmente encontrados vivendo na periferia da cidade, ou pelo menos a família, parentes e/ou amigos estão ali instalados, de onde saem e seguem o fluxo da rotatividade dos garimpos.

O autor Paulo Santilli em sua pesquisa na reserva indígena Raposa e Serra do Sol, ao entrevistar e observar alguns garimpeiros próximos aos rios Quinô e Contigo na venda da produção mineral, constatou que

Quanto aos preços dos minérios e diamantes explorados por garimpeiros, ocorrem surpreendentes variações, ou critérios discrepantes na comercialização. Serve de exemplo a cotação do ouro, estimado em moeda brasileira, enquanto os diamantes são exclusivamente cotados em moeda norte-americana. Essa discrepância de critérios de avaliação reflete circuitos de comercialização: o ouro circula internamente nos locais de garimpo, nos acampamentos e pontos de comércio adjacentes que os abastecem, a troco de serviços e mercadorias; os diamantes, ao contrário, são vendidos diretamente pelos garimpeiros e proprietários de maquinários aos intermediários e representantes de firmas comerciais que percorrem periodicamente a região, compram e recolhem, em espécie, toda a produção, para a revenda, nos grande centros já com outra cotação.¹⁴

O que podemos ressaltar das observações do antropólogo é que essa comercialização acarreta perdas de valores aos proprietários de maquinários e aos trabalhadores ao venderem a produção mineral aos transportadores e agenciadores nos garimpo no caso averiguado de

¹³É importante ressaltar que esta instituição juntamente com o governador de Roraima Anchieta Junior (PSDB) defenderam a homologação das terras indígenas em ilhas e não em área contínua, como foi homologado. Nas discussões sobre o tema o grupo encabeçado pelo grupo de empresários e os arrozeiros da região defendiam o agronegócio.

¹⁴ SANTILLI, Paulo. *Pemongon Patá: Território Macuxi, rotas de conflito*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.p.105.

diamante e o consumo interno do próprio ouro. Consequentemente, a perda maior ocorre com os trabalhadores que, no máximo, garantem 30% do total da produção que é rateada entre os trabalhadores que compõem o grupo de trabalho e se submetem a uma venda de seus ganhos com preço bastante reduzido, muitas vezes, abaixo do valor de mercado.

Além desse aspecto com a nova política de contenção e controle das reservas implementadas pelo governo, muitos trabalhadores respondem por crime por estarem garimpando em reservas indígenas. Alguns dos indiciados pelos crimes pela Polícia Federal estão presos e outros se encontram foragidos. Também nos meios de comunicação, especialmente a mídia impressa e televisiva local e nacional, verificamos um processo de criminalização dos trabalhadores dos garimpos em Roraima¹⁵.

Alguns dos crimes em que são enquadrados os garimpeiros estão disciplinados no Direito Penal Ambiental e criminalizados pela Lei nº 9605 de 12 de fevereiro de 1998: “Artigo 55 – Executar pesquisa, lavra ou extração de recursos minerais sem a autorização, permissão, concessão ou licença, ou em desacordo com a obtida. Pena- detenção, de seis meses a um ano, e multa.” Juntamente à infração desse artigo da Lei, concorrem outros, como a poluição, danos ao meio ambiente e até formação de quadrilha, porte ilegal de armas e tráfico de drogas, devido ao abastecimento dos garimpos com esses tipos de ilícitos.

Esses aspectos (a valorização do mineral, a corrida às áreas de mineração e a criminalização dos garimpeiros) influenciaram a pesquisa à medida que as discussões entre os trabalhadores dos garimpos e outros grupos de interesse vivem um processo bastante aguçado dentro das relações sociais que se constituíram no Estado. E, devido a isso, encontrei durante a investigação várias contradições: uma que contribuiu de forma positiva é estar presente nas discussões afloradas sobre a mineração; e a outra é encontrar diversas barreiras relacionadas ao receio em falar ou disponibilizar algum material sobre o assunto.

Diante das discussões sobre o tema buscamos compreender os sujeitos sociais, os trabalhadores dos garimpos em Roraima, nos pusemos a indagar sobre os seus modos de vida o que, por sua vez, nos levou a refletir sobre a diversidade de questões que perpassam a temática. Contudo, essas questões que surgiram ao longo da pesquisa, de acordo com nossa

¹⁵ Vários jornais locais e nacionais publicaram matérias sobre a situação das reservas indígenas e a mineração ilegal em Roraima. Algumas matérias foram publicados no jornal *Folha de Boa Vista*: Funai estima que 150 garimpeiros já foram retirados de área indígena. 23/08/20; Novo El Dorado. 06/09/2012; Mecanização de garimpos dificulta repressão da atividade ilegal. 15/08/2012; Amazônia abriga terceira corrida do ouro no Brasil. 15/08/2012; Operação da PF e MPF é para combater garimpos ilegais. 13/07/2012; Índios encontram restos mortais de piloto. 07/08/2012; Operação Ágata 4 apreende drogas e interdita garimpos e pistas de pouso irregulares na região de fronteira. 19/05/2012. Disponível em <www.folhabv.com.br>. Acesso em: 15/10/2012.

percepção, acreditamos ser necessário compreender os processos de transformações nos quais estão entrelaçados o lugar social dos sujeitos sociais, os trabalhadores dos garimpos.

Nesse sentido, compreendemos que esse lugar social se constitui tanto de limites geográficos quanto políticos, econômicos e sociais. A questão da mineração em Roraima envolve uma complexa discussão no qual vários grupos disputam as áreas em que se concentram o material mineral. Ainda assim, acreditamos que, diante da complexidade, ser possível articular os elementos que constituem as tensões entre os sujeitos, grupos, classes e interesses antagônicos dentro dos marcos do sistema capitalista. É necessário, ainda, dentro desse processo, ressaltarmos algumas questões sobre a mineração que apareceram durante a pesquisa.

Percebemos na origem da constituição social e geográfica de Roraima a formação dos latifúndios encabeçada por pecuaristas e administradores que estão a serviço da Coroa Portuguesa e posteriormente da República e, em 1890, a região foi tornada município do Estado do Amazonas garantindo certa autonomia para a expansão da ocupação dos latifúndios. É importante esclarecer que, de acordo com Vieira¹⁶, uma articulação dos proprietários de terras e administradores, foi um aspecto relevante para o estabelecimento das bases para a constituição dos latifúndios, especialmente, ao final do século XIX e início do século XX, com a ocupação do sul do território e a expulsão da maior parte da população indígena que se refugiou ao norte e nordeste, nas cabeceiras dos grandes rios e nas encostas das serras, mais próximo às fronteiras do Brasil com Venezuela e Guiana.

Para tanto, o atual Estado de Roraima, província do Estado do Amazonas, no Governo de Getúlio Vargas, através do Decreto Lei nº 5.812 de 13/09/1943, foi tornado Território Federal junto a outras áreas de fronteira. Assim, através do mesmo Decreto foram criados cinco novos territórios, o Território Federal do Amapá, do Guaporé, de Ponta Porã, do Iguaçu e do Rio Branco, hoje atual Estado de Roraima¹⁷.

O interesse do Governo Vargas era a centralização política e administrativa das zonas de fronteiras, por isso a incorporação das mesmas ao Estado central. A centralização política no executivo federal intensificava-se e se diferenciava do que ocorrera nas primeiras décadas da República, onde o poder se encontrava, em grande medida, nas províncias,

¹⁶ VIEIRA, Jaci Guilherme. *Missionários, fazendeiros e índios em Roraima: a disputa pela terra 1777-1980*. Tese de doutorado - UFPE, 2003.

¹⁷ No ano anterior já havia sido criado o Território Federal de Fernando de Noronha. Os Territórios Federais de Ponta Porã e Iguaçu foram reincorporados a seus estados de origem a partir da Constituição de 1946. Um ponto comum à maioria dos territórios federais criados em 1943 foi o fato de que, em algum momento, suas áreas haviam sido objeto de disputa com outros países: o Acre, criado no início do século XX, foi palco das tensões entre Brasil e Bolívia; Roraima com a Inglaterra; Amapá com a França e Iguaçu com a Argentina.

controladas pelas oligarquias regionais. De acordo com Marques¹⁸ a industrialização que se acelerava no Brasil, especialmente no sul e sudeste, coloca como uma necessidade a centralização na União, inclusive para reunir capitais que estimulassem o processo de industrialização.

Na transformação em Território, o Rio Branco¹⁹ foi fulcral para definir os limites territoriais de Roraima, à medida que o desvinculou do Estado do Amazonas marcando o início dos incentivos por parte do governo para o povoamento da região realizado de maneira bastante tímida. Neste período, no Governo Vargas, é incentivada, inicialmente, a migração de militares para a região fronteiriça para tornar efetiva a defesa da região contra possíveis ocupações por outros países, como ocorreu anteriormente na disputa por territórios.

Alguns anos após a transformação do Rio Branco em território foi possível constatar tanto a ocorrência de minerais como a atividade de garimpagem pelo pesquisador Antonio Teixeira Guerra:

No alto do Tepequém existe... nas superfícies aparecem blocos de um conglomerado de cimento silicoso (...), muito importantes economicamente por serem neles encontrados os diamantes e o ouro... no segundo garimpo do igarapé do sobral observa-se a existência do cascalho diamantífero e aurífero, constituindo uma camada cuja espessura é da ordem dos 60 centímetros, e que repousa sobre leitos de uma argila de coloração amarelada (...).²⁰

Nesse período, as atividades de garimpagem se concentravam na Região do Tepequém, com uma peculiaridade: a extração mineral era realizada quase totalmente de forma manual com o auxílio da bateia, e pela maneira rústica com que era realizada privilegiava a cata aos diamantes. Guerra relata que “a atividade da indústria extractiva mineral tem-se se desenvolvido apenas na procura dos diamantes, sendo o ouro deixado em posição secundária.”²¹ Isso ocorria também devido à baixa valorização do ouro no mercado e o alto valor do diamante e a forma rústica com que se realizava a mineração.

É importante verificarmos as principais atividades desenvolvidas nesse período, para compararmos a significância da atividade de mineração para a sociedade. Na tabela abaixo estão as principais atividades desenvolvidas na região.

¹⁸ MARQUES, Gilberto de Souza. *Estado e desenvolvimento da Amazônia: a inclusão amazônica na reprodução capitalista brasileira*. Tese de doutorado. Instituto Ciências Humanas e Sociais. Curso de pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. UFRRJ, 2007.

¹⁹ Através do Projeto de Lei nº 1.433, aprovado em 13 de setembro de 1962, mudou-se o nome do Território Federal do Rio Branco para Território Federal de Roraima.

²⁰ GUERRA, Antonio Teixeira. *Estudo Geográfico do Território do Rio Branco*. Rio de Janeiro: IBGE, 1957.p.20.

²¹ Ibidem. p.03.

Tabela III: Produção econômica do Rio Branco – 1942/1943.

Classificação	Valor (em Cr\$) 1942	%	Valor (em Cr\$) 1943	%
1-Produção puramente extractiva				
Vegetal	1.404.585,87	16,7	952.341,05	8,00
Animal (couros, peles de animais silvestres).	146.154,67	1,8	143.203,95	1,2
Mineral	3.505.000,00	42,1	7.085.117,70	59,6
2-Produção Agrícola				
Agricultura incipiente	412.476,00	5,0	446.654,00	3,7
3-Pecuária	2.860.187,85	34,0	3.185.765,75	26,8
4- pequena indústria (manufatura de pequenos utensílios domésticos)	35.500,00	0,4	74.000,00	0,7
Total	8.392.002,39	100, 0	11.887.082,45	100,0

Fonte: Araujo Cavalcante. Recuperação e Desenvolvimento do Vale do Rio Branco. S/ed., 1945.p.43. *apud* D'ACAMPORA.²²

Na tabela percebemos que a pecuária e a extração mineral se sobressaem no Território do Rio Branco. Em 1942, a mineração representa 42,1% e em 1943 tem uma subida na produção para 59,9%. A pecuária apresenta-se com 34,0%, em 1942, e, em 1943, com apenas 26,8%. Esses percentuais demonstram as oscilações possíveis na produção mineral e na pecuária que se intercalam, como defende Rodrigues²³, por essas atividades serem realizadas pelos mesmos financiadores, os grandes proprietários de terras, e o deslocamento da mão de obra disponível, que em sua grande maioria era formada por índios, na qual utilizavam sua força de trabalho tanto na pecuária quanto na mineração.

²² As informações do gráfico e referência bibliográfica foram retiradas do texto escrito e disponibilizado pela Professora da UFRR, Márcia D'Acampora, retirado tese de doutorado ainda inconclusa. D'ACAMPORA, Marcia. *Da política ideal à prática real: A criação do território do Rio Branco*. Tese de doutorado, PUCdoRio Grande do Sul, p.120.

²³ RODRIGUES, Francilene dos Santos. “Garimpando” a sociedade roraimense: Uma análise da conjuntura sócio-política. Dissertação de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento - UFPA. Belém, 1996.

Contudo, o processo de ocupação das terras na Amazônia, ocorreu de forma mais intensa, especialmente em Roraima, durante o Governo Militar com a elaboração de uma nova política para os Territórios passando a incentivar a ocupação da região amazônica com a perspectiva de inseri-la em uma nova dinâmica de mercado. Para tanto, foi necessário investir na infraestrutura básica como construção das estradas para a implantação das Colônias Agrícolas e Minerais.

É importante citar a Operação Amazônia (1966/67), que representa uma nova política de ocupação para a região, com maior centralização no Executivo Federal. Como desdobramento, há a opção da ocupação pelas rodovias, não excluindo os rios, e, como parte disso, a federalização das terras da região desde o PIN (Programa de Integração Nacional), de 1970. Através de um decreto o Executivo definiu que 100 km de cada margem de rodovia federal construída ou simplesmente projetada na Amazônia passavam para a jurisprudência do governo federal. Com isso, se retira dos governos estaduais e da oligarquia local uma parcela importante da origem de seu poder. Ganham importância os incentivos fiscais e a ocupação da região através de grandes projetos agropecuários, privilegiando a grande propriedade distribuindo recursos estatais e terras públicas.

O maior número de investimento na Amazônia se deu durante a segunda metade da década de 1970, especificamente no governo de Geisel (1974-79), com a elaboração do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) no qual há medidas, do Governo Militar, mais concretas para a região. Nas políticas para o desenvolvimento da Amazônia a fim de inseri-la na dinâmica da reprodução capitalista, Marques acrescenta alguns aspectos bastante relevantes. Vejamos:

A definição de um projeto para a Amazônia, de acordo com as necessidades da acumulação nacional, foi, ao mesmo tempo, a negação da possibilidade de um projeto de desenvolvimento regional voltado à sua população ou mesmo de um projeto assentado significativamente na burguesia regional. Ademais, a burocracia estatal da região perdeu ainda mais autonomia na definição das políticas públicas, entre as quais as de desenvolvimento. Coube a ela traduzir para a região as diretrizes gerais do II PND. Exercício cumprido parcialmente no II PDA.²⁴

O autor esclarece que as medidas do Governo Federal, através dos projetos para a Amazônia, instituídos no II PND, além de não considerar a especificidade da população que já vivia na região, também afetam a burguesia local que perde a autonomia de definir a política econômica a ser seguida. Dessa forma, foi estabelecido um controle para o desenvolvimento da região voltado, em sua grande maioria, para a produção de matérias

²⁴ MARQUES. Op. Cit. p.29.

primas. Na Amazônia esses projetos ficavam a cargo da SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento para a Amazônia). O autor esclarece que

A SUDAM elaborou alguns planos de desenvolvimento regional, entre os quais o II Plano de Desenvolvimento da Amazônia – II PNA. O II PNA definiu como prioridade a esta região a produção de matérias-primas, particularmente minerais, impulsionando, com isso, a fase dos grandes projetos amazônicos. Além disso, coube a esta Superintendência gerenciar os incentivos fiscais destinados à região, dos quais grande parte migrou para a agropecuária.²⁵

Dessa forma, o órgão responsável pela Amazônia, a SUDAM, tinha que desenvolver os projetos de acordo com os interesses do governo federal, já previamente estipulados no II PND. Isso gera certa dependência da região aos interesses do governo e retira a autonomia de políticas econômicas para atender a especificidade da população amazônica, como também dos grupos políticos da região.

Um dos direcionamentos do projeto do Governo Federal foi através da implantação do Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia, mais conhecido como Polamazônia. O Polamazônia era um programa que tinha por objetivo os investimentos em infraestrutura para o fomento e escoamento da produção mineral e madeireira, assim como os investimentos na pecuária²⁶. Tudo isso, sob um discurso do governo que carregava o lema de “integração” da Amazônia e “ocupar o vazio demográfico”. Sobre o programa do governo, o Polamazônia, o *Jornal Boa Vista*²⁷ de propriedade do governo do Território traz uma matéria na qual defende que

O Programa de Polos agropecuários e Agrominerais (Polamazônia), que investirá nos próximos quatro anos da ordem de Cr\$ 4 bilhões em 15 projetos de desenvolvimento agropecuário e de mineração com recursos provenientes do PIN (Programa de Integração Nacional), do PROTERRA (Programa de redistribuição e estímulo à agroindústria) e do FDI (Fundo de Desenvolvimento Industrial).²⁸

Neste título do *Jornal Boa Vista* a matéria sobre a criação do Polamazônia pelo governo federal é trazida com grande expectativa de investimentos. Devido à abrangência do

²⁵ Ibidem. p.04.

²⁶ COSTA, Francisco de Assis. Nem tudo no ouro reluz: Considerações para uma economia política da garimpagem na fronteira amazônica. In: PINTO, José Armindo (Org.) et alii.. *Consequências da garimpagem no âmbito social e ambiental*. Belém: Buntstif/FASE/katalyze, 1993. p.10-20.

²⁷ Durante a pesquisa foi encontrado no arquivo da Casa da Cultura um histórico dos jornais locais digitado em máquina datilográfica, contendo duas páginas e intitulado de “O surgimento dos primeiros jornais”. No final da última página consta a informação de que é um “Resumo extraído do livro: RODRIGUES, Shirley”. Não traz a informação do ano da confecção do documento e a informação sobre o último jornal é de 1991. Também não encontramos a obra citada.

²⁸ POLAMAZÔNIA a Revolução do desenvolvimento. *Jornal Boa Vista*. Boa Vista: 29/09/1974.p.02.

programa, a região amazônica, e o próprio Território de Roraima, poderia alavancar o seu desenvolvimento com os incentivos do governo federal disponibilizados por esse programa.

Também não podemos deixar de salientar que o interventor do Território Federal de Roraima era indicado diretamente pelo governo central. A dissertação de mestrado de Freitas, que trabalhou como chefe do gabinete do Governo do Estado Ottomar Pinto (1991 a 1994), expressa essa relação na administração dos territórios pelo governo militar:

Os governos militares pós-64, foram além dos limites suportáveis de autoritarismo para com os Territórios Federais quando os dividiram, irmanamente, entre as três armas: Marinha, Exército e Aeronáutica. As três forças, com tal exclusividade, receberam os governos dos Territórios Federais do Amapá, Rondônia e Roraima, respectivamente.²⁹

Durante quase todo o período do governo militar temos a sucessão dos governos originários da Aeronáutica em Roraima e a explicação para tal fato, de acordo com Freitas, é a divisão da administração e intervenção nos Territórios Federais entre Marinha, Exército e Aeronáutica. Em especial, nesse período, na administração do governo de Ramos Pereira, entre os anos de 1974 a 1979, uma das perspectivas de incentivo, por parte do Governo Federal, era na área de mineração.

Foi na década de 1970 que foi também desenvolvido o Projeto RADAMBRASIL que realizou o mapeamento dos recursos naturais no Brasil e com isso foi possível contribuir para o mapeamento dos recursos minerais existentes na Amazônia. Na publicação de volume 08 do RADAMBRASIL encontramos indicações das ocorrências de minerais em Roraima, no qual informa que

- Depósitos aluvionares recentes são encontrados praticamente em todos os cursos d'água da região. São constituídos por areias, cascalhos, e menos frequentemente, argilas.
- Planadas e aluviões próximas do Grupo Roraima, diamante e ouro.
- Aluviões próximo dos corpos intrusivos circulares, cassiterita, tantalita, columbita, zircão, monazita e ilmenita.³⁰

Descritas no texto, encontramos formas de explicação mais simplificadas da ocorrência de minerais na forma aluvionar em Roraima. Dentre os vários minerais estão o

²⁹ FREITAS, Aimberê. *Políticas Públicas e administrativas de Territórios Federais brasileiros*. Tese de Mestrado apresentado à Escola de Administração de Empresas da fundação Getúlio Vargas de São Paulo-EAESP-FGV. Boa Vista: Ed. Boa Vista, 1991.p.72.

³⁰BRASIL. Departamento Nacional de Produção Mineral. Projeto RADAMBRASIL. Folha NA.20 Boa Vista e parte das Folhas NA.21 Tumucumaque, NB.20 Roraima e NB.21; geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação e uso potencial da terra. Rio de Janeiro, 1975.p.107.

ouro e o diamante³¹. E, ainda, nas recomendações para a prospecção mineral que seguem a composição textual, diz:

Recomendamos viável a prospecção aluvionar usando-se a bateia para: ouro, diamante, as aluviões, terraços e canais dos rios Quinô, Suapi e Contigo bem como os terrenos das serras do Tepequém, do Aracá, Urutanin, Uafaranda, das Surucucus e da Neblina.³²

É importante ressaltar que alguns minerais nas formas aluvionares são possíveis de serem extraídos de forma rústica, sem a utilização de grande tecnologia. Por isso, a recomendação da viabilidade da prospecção dos minerais ouro e diamante nos rios Quinô, Suapi e Contigo e nas Serras do Tepequém, Aracá, Urutanin, Uafaranda, Surucucus e Neblina.

O mapeamento do RADAMBRASIL também leva em consideração estudos anteriores sobre a ocorrência de minerais e traz as informações sobre a região de Roraima em que temos uma breve análise da situação da ocupação da seguinte forma:

Os troncos rodoviários começam a ser implantados e a ocupação urbana é, praticamente, restrita à cidade de Boa Vista e à Vila de Caracaraí (ambas à margem direita do Rio Branco), estando os demais habitantes dispersos em pequenos núcleos de fronteira, como Normandia e Divisor, e aglomerados ligados às atividades agropecuárias ou da garimpagem de diamantes.³³

Podemos perceber, nesse recorte, que existe um tímido avanço na ocupação do Território Federal de Roraima e as atividades que aparecem como preponderantes são a pecuária e a garimpagem de diamantes que, até então, era o principal produto da extração mineral. Necessariamente, há uma perspectiva de garantir o desenvolvimento da região, com a ocupação e urbanização, e para isso houve certos investimentos em lugares estratégicos nessa área como as rodovias e a criação das colônias agrícolas.

Observamos na publicação que o RADAMBRASIL identificou a existência da diversidade de minérios encontrados no solo roraimense, que se constitui uma importante fonte de garantia para quem tinha interesse em investir nessa atividade. O texto ainda traz um informativo que são as solicitações de pesquisa mineral em Roraima com identificação do interessado, substância e local e “a situação legal dos trabalhos de lavras na área, até o dia 1º

³¹É importante destacar que encontramos muitos estudos geológicos sobre a região que analisam, entre outros dados, o RADAM. De fato muitos desses estudos se tornam bastante complexos para a leitura à medida que não temos formação acadêmica para ler tais estudos e documentos.

³²Ibidem. p.114.

³³Ibidem. p.27.

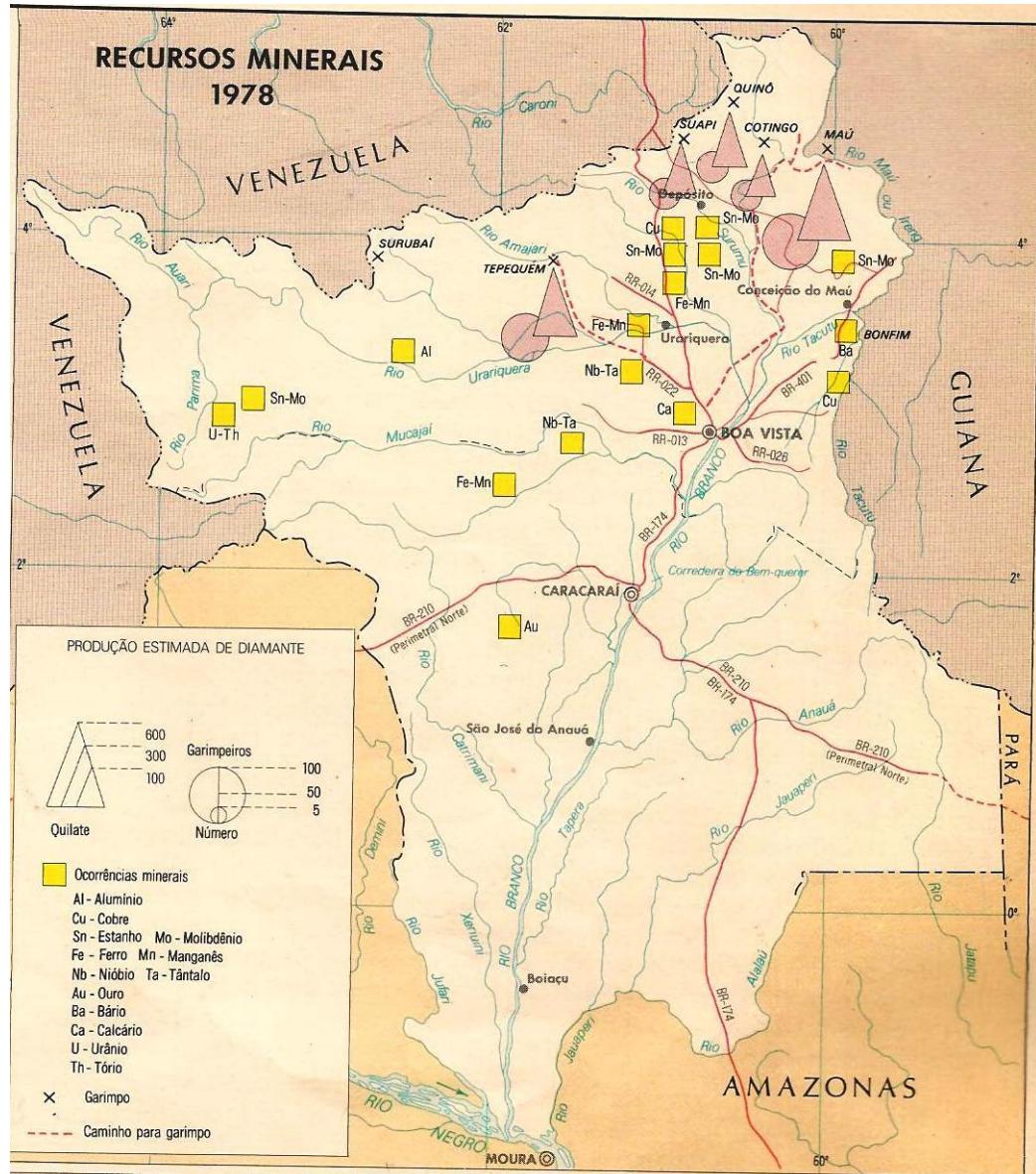
de junho de 1975”³⁴, um dado importante como demonstração da existência de grupos de interesses em investir nessa atividade e na região.

Foram solicitados 243 pedidos de pesquisa, por 33 empresas diferentes no DNPM (Departamento Nacional Produção Mineral) e os minerais a serem pesquisados são: nióbio, cobre, ferro, manganês, titânio, estanho, tantalita, columbita, zinco, cromo, níquel, wolfrâmita, ouro, diamante, zinco, chumbo, molibidênio, cassiterita e rutilo. A maioria dos pedidos de pesquisa pelas Empresas com interesse na exploração mineral se deu sobre metais raros que necessitam maiores investimentos em tecnologia e apenas 25 dos 243 pedidos de pesquisa se deram sobre a exploração do ouro e somente 02 de diamantes, que como falamos anteriormente pode ser extraído de maneira rústica.

Sobre a localização dos minerais encontramos no acervo da biblioteca do IBGE um mapa, do final da década de 70, que nos mostra um pouco o panorama sobre o entendimento e a compreensão do Instituto governamental sobre a dispersão dos recursos minerais do território utilizando alguns dados do RADAM.

Mapa II: RORAIMA - Recursos minerais 1978.

³⁴ Ibidem. p.103.



Fonte: IBGE, 1981.

Nesse mapa percebemos não somente a localização dos minerais, mais ao norte e noroeste do Território, como também observamos a existência de alguns garimpos. Vamos a eles. Suapi, Quinô e Contigo têm em torno de 50 garimpeiros com a produção de 300 quilates. Maú e Tepequém com 100 garimpeiros e a produção de 600 quilates. E Surubai onde não aparece a quantidade de trabalhadores e a produção. E mostra a ocorrência de alguns minerais como alumínio, cobre, estanho, ferro, nióbio, bário, calcário, urânio, tório, molibdênio, manganês, tântalo, ouro e outros minerais dispersos ao norte e noroeste do Estado.

Os garimpos, nesse período, não estão concentrados somente na garimpagem do ouro, mas sim, muitas vezes, de forma privilegiada na extração do diamante, podendo ocorrer

exploração dos dois ou mais minerais de forma simultânea, já que as ocorrências desses minerais se encontram, em sua grande maioria, nas mesmas áreas ou próximas. Também devemos continuar ressaltando que a exploração desses minerais ocorre tanto devido a sua valorização no mercado como pela baixa tecnologia usada pelos trabalhadores para a sua extração na atividade e a disponibilidade de mão de obra.

Nos resultados anteriores temos um panorama um pouco diferente. De acordo com o senso industrial de 1970, o IBGE, que traz informações a serem analisadas sobre a indústria extractiva mineral, tem cadastrado um número de 17 estabelecimentos desse ramo. O número de pessoal ocupado é 158 indivíduos. Se considerarmos somente esses dados chegaremos à conclusão de que a extração mineral era quase inexistente nesse período, porém se levamos em conta a forma rústica com que era realizada a garimpagem, inclusive realizada pelos pequenos agricultores e grandes proprietários com a utilização da força de trabalho dos índios, não conseguiremos quantificar, mas compreender que essa atividade era realizada de forma bastante recorrente pelos moradores do interior do Território.

Queremos destacar, ainda que, em decorrência do *boom* da mineração na Amazônia e as expectativas de mineração em Roraima, ocorreram mudanças na legislação que regulamenta a mineração, sofrendo alterações com o objetivo de adequar essa atividade aos interesses do Estado. Essas mudanças ocorreram, especialmente, pelo Decreto-Lei nº 227/67, o Código de Minas que regulamenta os direitos sobre as jazidas, o regime de aproveitamento e a fiscalização pelo governo através de seus órgãos. Fica estabelecido no

Art. 3. Este código regula:

I. Os direitos sobre as massas individualizadas de substâncias minerais ou fósseis, encontrados na superfície ou no interior da terra, formando os recursos minerais do país;

II. O regime de seu aproveitamento; e

III. A fiscalização pelo Governo federal, da pesquisa, da lavra e de outros aspectos da indústria mineral.³⁵

E sobre a garimpagem a que se refere o Código de Minas no Artigo 9 diz que “Far-se-ão pelo regime de matrícula o aproveitamento definido e caracterizado como garimpagem, faiscação ou cata”.³⁶ Dessa forma, o Código estabelece que a garimpagem deve ser coordenada também pelo órgão responsável, o DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral), através de autorização e matrícula.

³⁵ BRASIL. Senado Federal. *Código de Mineração e Legislação Correlata*. Brasília: subsecretaria de Edições Técnicas. Coleção Ambiental, vol. II, 2003.p.30.

³⁶ Ibidem. p.31.

Vale lembrar que, além da legislação sobre mineração, muitos outros setores também sofreram mudanças no período do Governo Militar. Algumas das mudanças após a ditadura são relatadas por Pereira³⁷:

Entre 14 de janeiro de 1966 e 14 de janeiro de 1967 (um ano), o presidente da república baixara 106 decretos-leis, entre 16 de janeiro de 1967 e 15 de março de 1967 (sessenta dias), expediu 212 decretos-leis, abrangendo profundas reformas na legislação trabalhista, seguros e outros assuntos, inclusive Código de Mineração. É o Código de Minas de 1940, pelo avesso. A lavra só foi permitida a empresas de mineração (art.37, parágrafo único) e no art. 80, § 1º³⁸.

O Parágrafo Único do Artigo 37, ao qual se refere o autor, que identificamos ser expressamente desenvolvimentista e nacionalista, não impõe restrições à quantidade de concessões outorgadas a mesma empresa e não veta, necessariamente, a lavra garimpeira. Verificamos ainda na definição estabelecida pelo código sobre a lavra no “Art. 36. Entende-se por lavra, o conjunto de operações coordenadas objetivando o aproveitamento industrial da jazida, desde a extração das substâncias minerais úteis que contiver, até o beneficiamento das mesmas.” Nesse artigo a lavra está relacionada ao aproveitamento industrial de maneira indistinta, acreditamos que é essa indistinção e o controle maior dos órgãos governamentais que, atrelada a abertura a pesquisa e prospecção por empresas nacionais e estrangeiras, estabelecem as mudanças no quadro anterior sobre a exploração mineral.

Com todas essas mudanças legislativas a fim de assegurar o controle mineral ao governo dos militares era também necessário garantir que a mineração atendesse ao interesse econômico deste, como o controle da produção e instalação das empresas no setor. E a grande questão aqui a ser levantada é que consequentemente a lavra garimpeira passava a concorrer diretamente com as grandes empresas de mineração. Pereira ainda fala que

Tratou-se, na constituição de 1967, de eliminar a participação societária do proprietário do solo nos resultados da lavra, para que empresas de mineração se subtraíssem de qualquer contacto ou liame do dono da superfície. A constituição de 1946 assegurava ao proprietário preferência na exploração (Art. 153, §1º)³⁹.

O Estado passou a ter total controle sobre a lavra mineral, peculiaridade que foi posteriormente garantida no texto constitucional de 1988. Mas, uma das questões de grande conflito para a atividade mineral em Roraima é que o Código da Mineração não faz

³⁷ PEREIRA, Osny Duarte. *Dois Ensaios Críticos: Política Mineral do Brasil*. Brasília: CNPQ, Assessoria Editorial e Divulgação Científica, 1987. Segundo Ensaio crítico: Política Mineral Brasileira. p.95.

³⁸ O Artigo foi revogado pela Lei nº 9.314/96.

³⁹ PEREIRA. op. cit. p.99.

referência, ou regulamenta, a extração mineral da atividade em territórios indígenas, áreas de proteção permanente, unidades de conservação ambiental, e outras áreas consideradas como bens comuns da União ou territórios tradicionais. Para a pesquisa e prospecção mineral nessas áreas é necessária legislação específica.

Mais um complicador das discussões sobre a mineração em Roraima foi a grande disponibilidade de mão de obra para a realização da exploração mineral, o que intensificou em muitos aspectos os conflitos entre os distintos grupos com interesse sobre as áreas de mineração. Diante do mesmo projeto de centralização política do governo militar estava o de ocupação da Amazônia, contempladas também no II PND, que mobilizou e direcionou a migração do nordeste para a região amazônica.

Apesar de considerarmos que as características da população roraimense são bastante diversas, devido ao grande fluxo e também à dificuldade de identificar e chegar até a população que se encontrava no interior do Território e nas reservas indígenas, utilizaremos os dados do IBGE, que conseguem de alguma forma nos mostrar relativamente à dimensão do quadro evolutivo da população no Território de Roraima.

Tabela 1: Evolução da população urbana e rural de Roraima (1950 – 1980).

Evolução da população urbana			
1950	1960	1970	1980
5.132	12.148	17.480	48.734

Evolução da população Rural			
1950	1960	1970	1980
12.980	16.156	23.404	30.425

Fonte: IBGE, 1989.p.176.

Analisando os dados do IBGE, com as devidas ressalvas anteriormente discutidas, verificamos que ocorreram dentro do seu quadro evolutivo aumentos significativos da população, tanto rural quanto urbana, perceptíveis nas décadas de 1960, 1970 com significância maior para a população rural sobre a urbana. Na década de 1980 verificamos um aumento da população urbana ultrapassando a população rural. A isso deve-se, a política do governo para a Amazônia, que, em Roraima contribuiu para o aumento populacional, inicialmente, nas áreas rurais atraídos para as colônias através da consolidação de infraestruturas mínimas como construção de estradas e criação das colônias agrícolas. Mas,

posteriormente os investimentos do governo não conseguem atender as condições para a permanência dessa população nessas áreas que cumprem um novo ciclo migratório para os centros urbanos.

Costa e Barcellos, pesquisadores do IBGE, tratam um pouco da migração condicionada pelo governo para a Amazônia que foi formada em sua grande maioria por nordestinos:

Essas levas de migrantes vieram atraídas pelos projetos governamentais e com o propósito de posse da terra, já que a maioria fora expulsa das áreas de origem, tanto pela concentração fundiária quanto pela fragmentação dos estabelecimentos rurais, ou ainda pelo intenso uso da mecanização, fator de farta liberação de mão de obra e de intensa proletarização da força de trabalho. Esta massa trabalhadora, todavia, permanece alijada do acesso à terra e subordinada aos interesses das grandes empresas, dada as características das formas de ocupação recente da fronteira de recursos.⁴⁰

De acordo com as autoras, o movimento migratório para a Amazônia representou muito mais do que a formação da mão de obra e ocupação da região, consequentemente uma infinidade de conflitos e problemas sociais se somaram aos já existentes, acirrando a disputa entre os diversos grupos de interesse, especialmente porque o governo garantiu às empresas, muitas delas multinacionais, a apropriação das terras, concorrendo paralelamente ao processo migratório e a ocupação existente. Além disso, temos que considerar os conflitos dos novos habitantes com a população que já habitava a região, os índios, finalizando um panorama bastante complexo dos interesses sobre as áreas de disputa.

A autora Carvalho Brasil ao realizar a análise migratória da Região Norte nos fornece alguns elementos bastante significativos sobre a composição populacional de Roraima. E diz que

Na década de 80, o Estado de Roraima foi o que apresentou a maior participação na migração no tocante ao crescimento demográfico estadual. Esta taxa ficou em torno de 45%, indicando que de cada 100 indivíduos residente em Roraima, 45 eram imigrantes. Tal percentual somente foi inferior ao alcançado por Rondônia na década passada.⁴¹

Observamos que, através da Análise de Carvalho Brasil, quase metade da população do Território, na década de 1980, é formada por migrantes e é imprescindível que este fator não se torne um impacto significativo nas relações que se constituem ao longo da composição

⁴⁰ BARCELLOS, Marietta Mandarino; COSTA, Wânia Inês Sendim. População. In: BRASIL. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Diretório de Geociências. *Geografia do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1989. p.191.

⁴¹ BRASIL, Marília Carvalho. Os fluxos migratórios na Região Norte nas décadas de 70 e 80: uma análise exploratória. *Cadernos de Estudos Sociais*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Instituto de Pesquisas Sociais. Recife, v. 13, n.1, janeiro/junho, 1997. p.76.

histórica e social do Estado. No tocante, se compararmos percentualmente essa migração para Roraima com outros Estados como, por exemplo, do Sudeste, não representará um grande volume, mas devido à composição populacional, considerando os aspectos e peculiaridades dessa população do Estado, as mudanças demográficas que ocorreram foram bastante significativas. Temos também alguns dados do IBGE que conseguem minimamente nos orientar quanto à expressividade e as características do contingente migratório. Vejamos:

Tabela 2: pessoas que residem no Território, por lugar do domicílio anterior.

UF	1970	1980
MA	718	5.706
PI	162	472
CE	1.125	1.761
RN	219	339
PB	253	253
PE	101	247
AL e FN	21	10
SE	7	27
BA	26	95
MG	54	160
ES	-	48
RJ	119	298
GB	80	
SP	63	272
PR	16	481
SC	50	154
RS	137	531
MS		182
MT	27	164
GO	81	469
DF	6	82
TOTAL	3.625	11.751

Fonte: IBGE, 1989. p.189-190.

Observamos que houve um aumento significativo na totalidade da migração para Roraima nos 1980 com relação a 1970, que sobe de 3.625 para 11.751 pessoas. Na realidade é um aumento bastante significativo, mesmo que isso represente o terceiro quantitativo mais baixo de migrantes da Região Norte, se compararmos aos outros seis Estados. E enquanto na

década de 70 temos como origem o maior contingente migratório advindo do Ceará, com 1.125 habitantes, na década posterior verificamos um aumento para apenas 1.761. Já na década de 80 temos o Maranhão que supera os demais Estados com o quantitativo de migrantes de 5.706. Na década anterior era apenas de 716.

Alguns dos entrevistados de origem maranhense expressam na sua fala a experiência de ter saído do nordeste para Roraima, o que podemos visualizar de forma mais próxima através da fala de Arnaldo⁴² migrante nordestino que desde os 14 anos trabalhou, e ainda trabalha, na extração mineral. É de uma família de agricultores e desistiu do trabalho agrícola para trabalhar na atividade de mineração. Quando perguntado por que escolheu esta atividade, responde:

Porque eu, nessa época... todo mundo era invocado com garimpo... era o único mei(o) da gente ganhar um pouco de dinheiro pra sobreviver. No nordeste era muito fraco o ganho de dinheiro, nessa época... trabalhava muito só na lavoura de roça, todo mundo desistia... (optava pelo) garimpo.

Arnaldo é um dos muitos trabalhadores nordestinos nascidos no Estado do Maranhão, que viu na Amazônia expectativas de melhorar seus ganhos. Chegando a Roraima apostou também na atividade de mineração. Como ele mesmo fala, a lavoura era muito difícil, e ele, como parte desses migrantes que se direcionavam para a atividade de mineração foi um dos que acabou realizando tal percurso.

Concomitantemente com a política migratória do governo para a Amazônia e especificamente para Roraima vão se acentuando a diversidade de conflitos e problemas devido à precariedade das instalações no atendimento ao fluxo migratório que se consolida e se acentua com o passar dos anos. Sobre este aspecto encontramos no arquivo da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima no Diário da Assembleia uma Mensagem governamental de nº 001/92 de 17 de fevereiro de 1992 que diz o seguinte:

⁴² A entrevista foi concedida a Adriana Gomes Santos no dia 18 de julho de 2010. Arnaldo trabalha nos garimpos da Amazônia desde os 14 anos. Nasceu no Maranhão e na década de 80 migrou para Roraima para trabalhar nos garimpos. Durante este longo período de experiência nessa atividade intercalou com alguns trabalhos autônomos na área de serviços como borracharia, mercearia, lanchonete e também na construção civil. Recentemente, em outubro de 2011, durante uma operação da Polícia Federal, foi retirado da área de garimpo, na reserva yanomami, na qual seus colegas de trabalho sofreram diversas agressões, observadas pelo entrevistado, que se escondeu por um longo período dentro do rio, o que permitiu uma visão da atuação policial. Arnaldo informou não ter sofrido as agressões porque conseguiu se esconder na mata durante 20 dias. Só após esse período se apresentou aos policiais que o conduziram à cidade de Boa Vista, mas já apresentava sinais de desnutrição. Atualmente mora em um quarto alugado em um bairro periférico da cidade de Boa Vista e passa por graves problemas de saúde e terá que retirar um dos rins. A fim de preservar a identidade do entrevistado seu nome foi substituído.

Desde outubro de 1989 os garimpos da oeste encontravam-se já interditados e em processo avançado de esvaziamento. Na prática o poder central criara o território federal dos Ianomâmis. A economia rurícola, em especial a agricultura, fora desarticulada e, com a desativação do garimpo, o fenômeno de concentração urbana se acentuou, com o inchamento da periferia de Boa Vista, a sua favelização e as sequelas sociais que lhe são pertinentes. De uma população de 215.790 habitantes, segundo dados preliminares do IBGE-RR, no município de Boa Vista estão 66.20% da população estadual, dos quais 83.30 residem na cidade, isto é, 55.15% dos roraimenses moram em Boa Vista. Da população total, 65% habitam a zona urbana e 35% residem na zona rural do Estado. A renda per capita involuiu de US\$ 2.021, em 1980, para US\$ 1.575 anuais em 1991. Na média, a sociedade empobrece. Recebi, enfim, uma economia funcionando com base apenas nos contracheques chapas-brancas.⁴³

O governador Ottomar de Sousa Pinto traça um perfil bastante dramático da situação do Estado ao assumir o Governo em 1991. É importante destacar que Ottomar assume a primeira vez a administração do, ainda, Território em 1979, designado pelo Governo Militar. Como não podemos deixar de destacar, foi oficial general das Forças Armadas Brasileiras, integrando o quadro de oficiais da Aeronáutica. Dentre as várias funções que exerceu na articulação do Governo do Território assumiu a liderança também do PDS.

Ottomar, ao traçar as causas dos problemas sociais que assolavam o Estado, no início dos anos 90, como o aumento populacional da periferia de Boa Vista, a marginalização e o empobrecimento da população, elenca que a situação se deve à demarcação da reserva Yanomami. Observamos que o destaque a esse fator afeta diretamente dois grupos de interesses: garimpeiros e fazendeiros. E também as perspectivas do governo em investir na mineração industrial. Ele declara que:

As riquezas minerais do Território foram inventariadas e constatou-se a existência de imensas jazidas de cassiterita, de ouro e de diamantes. O subsolo de Roraima é comprovadamente rico em níquel, molibdênio, cobre, zinco e caulim. Pesquisas e sondagens realizadas pela Petrobrás no Vale do Tacutu diagnosticaram a possível presença de petróleo e as perfurações, já iniciadas, abrem para Roraima a fascinante perspectiva de torna-se polo petroquímico.⁴⁴

Na declaração concedida à revista *Perfil*, em 1981, ainda no governo do Território Federal de Roraima, Ottomar expõe a perspectiva de investimentos na industrialização de produtos minerais, especialmente porque considera que com as constatações da presença de diversos minerais no território serão possíveis os investimentos no setor.

Nesse sentido, compreendemos que vários elementos se entrecruzam no processo de constituição social de Roraima, e um deles é a questão da mineração que, principalmente, por

⁴³ ESTADO DE RORAIMA: DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA. Mensagem Governamental nº 001/92. Ano II, período de 18 de fevereiro à 29 de fevereiro, número 13. p.05.

⁴⁴ ADMINISTRAÇÕES Estaduais 1981. *Perfil*. São Paulo: publicado por Visão S.A. Editorial, nº 12, 1981. p.204.

ser realizada em áreas contestadas, ou em reservas indígenas, ocasionou, ao longo do período auge da mineração no Estado (e ainda atualmente), discussões entre os grupos com interesses divergentes sobre as áreas: índios, políticos, empresários e investidores, trabalhadores, Igreja, ONGs, fazendeiros, dentre outros.

Alguns dos discursos de alguns grupos com interesse sobre as áreas de conflito, que também concentram os minerais, aparecem nos documentos, jornais, revistas, livros e entrevistas que pesquisamos e analisamos. O autor Amazonas Brasil, que publicou alguns livros em que trata dessa questão e tem origem em “família pioneira”⁴⁵ de Roraima, também discute a questão das reservas indígenas mediante uma série de indagações. Analisemos um texto publicado em um de seus livros e que supostamente foi reproduzido em um jornal local.

JURUNA E A FUNAI

Publicado no jornal “*Folha de Roraima*”, em 1981

Comenta-se que virá a Roraima o cacique Juruna. Boa oportunidade para um amplo debate sobre o problema indígena.

Poderíamos questionar a situação da FUNAI: a presença de missões religiosas junto a algumas comunidades indígenas; a atuação da Igreja Católica; o direito dos índios; os diferentes estágios culturais entre o índio da mata, o índio do campo e o caboclo roraimense; o direito dos agropecuaristas; a diferença do Centro-Oeste brasileiro, da Amazônia planície e Amazônia planalto, enfim, tudo que engloba o índio e a sociedade envolvente.

E não esquecer que a localização das grandes jazidas de minérios, metais e pedras preciosas, está, coincidentemente, dentro de áreas pretendidas.

Também não podemos deixar de discutir todas as tentativas de domínio e internacionalização da Amazônia. A nosso ver, chave para elucidar a questão indígena é muito mais do que simplesmente assuntos geopolíticos.

Há cerca de um ano a FUNAI demarcou algumas áreas, a pretexto de proteger e dar condições de sobrevivência aos índios. Todas elas na região de campo, onde está situada a agropecuária roraimense.

Tivemos a oportunidade de participar dos trabalhos preliminares, quando foi feito o cadastro de todos criadores envolvidos na questão, bem como o levantamento de populações mestiças e de índios aculturados (caboclos) naquelas regiões.

De tudo, para nós, ficou claro: os representantes da FUNAI não conheciam a realidade do Território e os critérios estabelecidos para definir as áreas, eram estapafúrdios. Para alguns casos valiam os limites naturais, para outros as famosas linhas secas. Critérios antropológicos e o Estatuto do Índio foram deixados de lado.

Estabeleceu-se o tumulto. Pior: até hoje nada foi definido. De um lado, o índio atônito, em expectativa; do outro, o criador sem saber o que fazer ou para quem apelar.

Prometeram indenização; foram feitas avaliações das benfeitorias para futuros pagamentos. Não passou disso. Até agora, nenhuma satisfação. Pequenos agricultores, que vivem de roças, deixaram de plantar ou preparar suas terras, na esperança de serem indenizados e, com isso, serem obrigados a deixar suas propriedades, muitas delas com mais de cinquenta anos, outras com títulos definitivos do começo do século.

Pergunta-se: o caboclo, a grande vítima, melhorou de situação? Está sendo mais bem assistido pela FUNAI?

Qual o quê? Abandonado à própria sorte, agora afastado de seu aliado natural, vive o caboclo a espera de um dia melhor.

⁴⁵ “Pioneiros” é como se denominam as “famílias tradicionais”. São descendentes dos primeiros migrantes ainda no início do século XX, ou de período anterior, que conseguiram acumular posses.

Urge que se tomem providências para garantir o direito do índio viver com dignidade, dando-lhe inclusive o título de propriedade da terra onde vive, transformando-o, de direito, naquilo que de fato ele já é: cidadão brasileiro.

E que se respeite também o direito dos agropecuaristas, os grandes injustiçados, em relação a sua propriedade.

Há espaço e terra para todos!⁴⁶

Percebemos que Amazonas Brasil faz uma série de indagações ao órgão competente que cuida das questões indígenas, a FUNAI, especialmente sobre a legitimidade dos argumentos para a demarcação, a participação da Igreja Católica e retirada dos moradores não índios da região. Amazonas Brasil ocupou vários cargos na administração pública, um deles foi de presidente do Tribunal de Contas do Estado. Hoje é conselheiro e membro do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Roraimense. Fez parte da juventude do PCB (Partido Comunista Brasileiro) no Paraná, e, posteriormente do MDB (Movimento Democrático Brasileiro) em Roraima. Compunha o grupo que produzia e publicava o jornal *Folha de Roraima* e o programa na Rádio Equatorial – FM “Tribuna Livre” que fazia críticas e denúncias do governo nos anos 1980, como ele mesmo coloca.

As críticas de Amazonas Brasil à FUNAI e os encaminhamentos dados sobre a demarcação das terras indígenas gerando, consequentemente, a perda das propriedades e das áreas de mineração por parte dos moradores não índios da região, carregam elementos de interesses intrínsecos ao grupo do qual pertence e defende, inclusive tem a publicação de um livro que trata dos moradores não índios da Raposa e Serra do Sol onde conviviam pacificamente com os índios⁴⁷. Sua família se constituiu de grandes proprietários de terras em Roraima, inclusive em áreas contestadas pelos índios. Dentre as várias posses de terras, algumas delas são em Uraricuera, Amajari, Parimé, Surumu, Cotingo, Rio Branco, Cauaruau e em alguns lugares como no Tepequém, que também foram alvo dos investidores da exploração mineral.

Nos jornais locais em que pesquisamos também se entrecruzam posições em alguns de seus títulos as discussões sobre as reservas minerais em reservas indígenas. Nesta edição, o jornal, *O Roraima*, traz a seguinte matéria, em 1986:

Imagen 01: “Políticos demagogos querem explorar reservas indígenas”⁴⁸

⁴⁶ BRASIL, Amazonas. *Textos publicados na imprensa de Roraima*. Boa Vista: Grafisa Gráfica e Editora LTDA, 2010.p.16.

⁴⁷ BRASIL, Amazonas. *Raposa Serra do Sol, área de conflito*. Por Amazonas Brasil. Boa Vista, 2008.

⁴⁸ “POLÍTICOS demagogos querem explorar reservas indígenas”. *O Roraima: um jornal para o roraimense*. Boa Vista: 17/04/1986, Ano IX, nº 507.p.01.

Preço do exemplar: Cr\$ 2,00

Boa Vista, Quinta-feira, 17 de Abril de 1986

ANO - IX

Nº 507

MOZARILDO DENUNCIA:

“Políticos demagogos querem explorar reservas indígenas”

VALOR DO CRUZADO
CR\$ 1.223,90

preço da arrogância

em pela manhã um certo

O deputado federal Mozarildo Cavalcante (PFL-RR), enviou telex ao ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto, para denunciar a suposta exploração contra os índios Macuxi e Wapixana. Mozarildo tomou conhecimento de que os deputados da região haviam criado um grupo de trabalho com o objetivo de levantar a situação das reservas indígenas em Roraima, mas esclarece, que um projeto de sua autoria já foi encaminhado

ao Ministério para tratar do assunto “é muito mais abrangente” — diz Mozarildo.

— Abaixo, na íntegra o telex do deputado ao ministro Costa Couto.

“Tomei conhecimento através da imprensa de que deputados de outras unidades da Federação entregaram a V. Excia., um projeto solicitando a criação de um grupo de trabalho com o objetivo de levan-

tar a situação das áreas das comunidades Macuxi e Wapixana de Roraima e proceder a definitiva regularização das reservas. Sugeriram os referidos parlamentares que o gru-

po de trabalho seja composto por representantes da Funai, Ministério do Interior, Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário e Conselho de Segurança Nacional. Considerando que V. Excia., prometeu proceder estudos visan-

do a criação do grupo, esclareço que o projeto de lei número 4.147/84 de minha autoria e que se encontra aguardando inclusão na Ordem do Dia para votação em plenário tem o mesmo objetivo e é muito mais abrangente, pois, objetiva dar solução com prazo certo ao problema, que até aqui tem servido como matéria para a demagogia barata de alguns políticos e a exploração suspeita de alguns profissionais em índios e dos que fazem da condição de falsos defensores dos índios uma forma de enriquecer, muitas vezes às custas dos próprios interesses nacionais. Esperando que o apoio e a atenção de V. Excia., para a aprovação do referido projeto, conto com a gentileza e a consideração de que nos assuntos referentes ao Território de Roraima, possa, como representante legítimo do povo, dar a minha contribuição e a sempre pronta participação”.

A matéria noticia que o deputado federal Mozarildo Calvancante (PFL-RR) enviou um telegrama ao ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto, informando sobre o Projeto de Lei número 4.147/84 que trata sobre a questão das reservas indígenas e também denuncia a interferência de políticos de outras regiões sobre a criação de um grupo de trabalho para avaliar a situação das reservas e dos indígenas Macuxi e Wapixana. O deputado federal Mozarildo Cavalcante, hoje senador, foi um dos defensores da mineração em reservas indígenas e a sua crítica tem a função de dar credibilidade ao projeto que defende a mineração. Por outro lado, a nossa compreensão ao analisar este artigo é que o próprio jornal se coloca em defesa da disciplinarização da mineração em Roraima para que não ocorra de forma desordenada possibilitando maior controle por parte do próprio Estado da produção mineral.

Dentro da perspectiva em que trabalhamos é importante analisarmos os jornais não são mera fonte de informação, mas buscarmos os significados de sua produção. Durante a pesquisa encontramos no arquivo da Casa da Cultura um histórico dos jornais locais

datilografado, contendo duas páginas, e intitulado de “O surgimento dos primeiros jornais”.⁴⁹ No documento constam informações sobre o jornal *O Roraima*:

Em 1976, “*O Roraima*” foi publicado pelo jornalista Sidiney Mendes, que trouxe sua tipografia de Rondônia, foi duramente combatido pelo prefeito Sílvio Leite, teve suas instalações derrubadas por ordem do prefeito.

Não desistindo de publicar, o jornalista, publica “TRIBUNA DE MUCAJAÍ” que circulou no município de Mucajaí com notícias da capital, fechou meses depois.

Como percebemos nesse recorte, a publicação do Jornal por Sidiney Mendes gerava certo desconforto ao prefeito da cidade, Silvio Leite, e por isso, teve um fim trágico. A importância de fazermos esse destaque é entender que os diálogos entre os grupos políticos e a produção dos jornais em seus diversos momentos também compõem o quadro em que os sujeitos concorrem e disputam nos meandros da defesa dos seus interesses. Compreendemos que a análise e utilização dos jornais não se dão como mera fonte de informação, mas como uma produção elaborada por determinados grupos que possuem uma linguagem para os grupos com quem querem dialogar. Por isso recorremos às autoras Cruz e Peixoto quando dizem que

Questão central é a de enfrentar a reflexão sobre a historicidade da Imprensa, problematizando suas articulações ao movimento geral, mas também a cada uma das conjunturas específicas do longo processo de constituição, de construção, consolidação e reinvenção do poder burguês nas sociedades modernas, e das lutas por hegemonia nos muitos e diferentes momentos históricos do capitalismo. Pensar a imprensa com esta perspectiva implica, em primeiro lugar, tomá-la como uma força ativa da história do capitalismo e não como mero depositário de acontecimentos nos diversos processos e conjunturas.⁵⁰

De acordo com Cruz e Peixoto entendemos que existem projetos políticos em disputas e que em cada momento histórico estará em meio a constituições e discussões diferentes que devem ser contextualizados. Ao compreendermos a sociedade como estruturada em classes sociais distintas não bastaria falarmos da imprensa apenas no seu processo cronológico como se existisse uma linearidade no discurso dos jornais, temos que nos atentar para os movimentos, as pressões sociais e disputas que ocorrem no interior dos grupos que produzem os jornais. Por isso, entendemos que os grupos que produziam esses

⁴⁹ O documento traz a informação de que é um “resumo extraído do livro: RODRIGUES, Shirley. A imprensa escrita em Roraima uma questão de ética. Boa Vista-RR: Compukromos, 1996.” Não conseguimos localizar este volume.

⁵⁰ CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na Oficina do Historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História: história e imprensa*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, n.35, dezembro de 2007, p.257. Disponível em: < revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/download/2221/1322 > Acessado em: 01/10/12.

jornais faziam parte de grupos políticos que se constituíam elites locais, ou oligarquias, que disputavam, ou dialogavam, com outros grupos.

É com esta perspectiva que continuaremos a análise de alguns títulos de jornais e destacamos em outro jornal local, *Tribuna de Roraima*, a seguinte matéria⁵¹: *Começa a guerra. Índios atacam os garimpeiros, matam e morrem.* Nesta matéria de 1987 temos a seguinte situação sobre o confronto no Paapiú e proximidades do Rio Couto Magalhães, a oeste do Estado, entre índios, liderados pelo índio João Davi, e garimpeiros. A expectativa é de que quatro indígenas foram mortos e quatro garimpeiros também, mas apenas um corpo foi encontrado.

A matéria traz a notícia de que os jornalistas tentaram ir à área de conflito, mas foram impedidos de pousar no local e, por isso, pousaram na pista do cambalacho onde conversaram com os 250 garimpeiros que ali se encontravam. Na matéria há a informação de que existiam aproximadamente 2.000 garimpeiros na região. E também que o governador Getulio Cruz defende a retirada dos garimpeiros para que a FUNAI negocie com os índios os termos de exploração da terra.

O jornal é um semanário que pertenceu ao jornalista Péricles Perruci, fundado em abril de 1986, e era vinculado ao grupo de Amazonas Brasil. Ele também produzia e apresentava o programa na *Rádio Equatorial- FM* junto com o empresário José Liberato. O próprio Amazonas dá algumas informações sobre Péricles Perruci e o programa de rádio.

O programa denunciava, às terças e às quintas-feiras, às 13 horas, todas as mazelas, maracutaias e falcatrus praticadas pelo governo de então, dando nome aos bois.

E logo veio a solução para silenciar o jornal e o programa de rádio: no dia 2 de dezembro de 1982, uma quinta-feira de muito calor em Boa Vista, por volta das 19 horas, João Alencar foi brutalmente assassinado, com três tiros a queima-roupa, no centro da cidade e Péricles Perruci, após levar o corpo do companheiro para ser sepultado junto a sua família em Teresina, no Piauí, ameaçado de morte, teve que fugir de Roraima com a família, e se esconder na Venezuela e Guiana.⁵²

Na realidade estamos falando de fatos ocorridos antes da publicação do jornal, mas são dados relevantes a fim de compreendemos os grupos políticos nos quais Péricles Perruci está inserido. Após esse período conturbado, em 1986, Péricles Perruci, além de publicar o jornal *Tribuna de Roraima*, também é secretário da Cooperativa Mista de Extração Mineral e Agropecuária de Roraima – COOPEMAR, membro eleito. Essa cooperativa tinha o apoio do

⁵¹ PERRUCI, Péricles. Começa a guerra: índios atacam os garimpeiros, matam e morrem. *Tribuna de Roraima*. Boa Vista: 21/08/87. p.01 e 03.

⁵² BRASIL. Op. Cit. 2010.p.02.

Governador Getúlio Cruz, do presidente da CODESAIMA⁵³ Salomão Cruz, da Associação de Faiscadores e Garimpeiros de Roraima- AFGR, do Secretário de Agricultura, José Liberato da Silva e presidente da União dos Sindicatos e Garimpeiros da Amazônia Legal e superintendente da AFGR, José Altino.

Por isso, constatamos, a partir da análise desta matéria, e também de outras em outros títulos analisados, que há uma tendência do jornal *Tribuna de Roraima* em se posicionar, nas discussões sobre a questão da mineração, defendendo que esta pudesse ocupar um espaço de investimento a fim disciplinarizar a produção e assim cessar os conflitos entre garimpeiros e índios. Defendendo a continuidade da produção mineral dialogando com os grupos que também possuem interesses em comum.

Não só nas matérias de jornais, mas através nas outras fontes, podemos constatar que o período de mineração nas reservas indígenas foi marcado por conflitos os quais, muitas vezes, se davam de forma direta entre os garimpeiros e os índios. E como percebemos no título da matéria do jornal de Perruci, havia uma oposição à reação dos índios dentro dos conflitos, pois fica claro que estes, na realidade, são os que “atacam” os garimpeiros e quebram a passividade da relação com os “brancos”.

Mais uma matéria do jornal *Tribuna de Roraima*, traz em um de seus textos, *Uma ameaça de guerra*⁵⁴, a relação bastante conflituosa entre os diversos grupos que convivem no interior e que disputam as áreas com interesses divergentes. A matéria, com teor de denúncia, traz a discussão sobre a região norte do território que é ideal para criação de gado, para o cultivo da agricultura e também é rica em jazidas minerais, como ouro e diamante. A região tem a peculiaridade de ser habitada por fazendeiros, índios e garimpeiros. O artigo aponta que a relação entre esses grupos tornou-se conflituosa devido à convivência com missionários da Igreja Católica, “mudando a mentalidade” do índio que anteriormente era pacífico.

Está explícito que após o contato com os religiosos da Igreja Católica, surgiram muitos incêndios criminosos contra pecuaristas, e, o então Conselho de Tuxauas passou a exigir a expulsão de 189 fazendeiros da Reserva Raposa e Serra do Sol. Ainda, nesta mesma matéria, consta a denúncia da existência e atuação de uma Empresa, Mineração Macuxi de Serra, existente na região do Maturuca pertencente à Diocese de Roraima que se aproveita da força de trabalho do índio para realizar a exploração mineral de forma irregular naquela área. E, assim, se justifica a rejeição dos índios aos garimpeiros, empresas e fazendeiros acobertados pelo interesse da Igreja Católica.

⁵³ A CODESAIMA (Companhia de Desenvolvimento de Roraima).

⁵⁴ TRIBUNA DE RORAIMA. Uma ameaça de guerra. Boa Vista: 15/08/86. p.04.

A igreja católica foi alvo de várias acusações da mídia impressa local vinculada aos grupos políticos que defendiam outras formas de utilização das áreas ocupadas pelos índios. Isso porque a Igreja Católica foi bastante representativa na luta em defesa das comunidades indígenas, posicionando-se contra as invasões de terras, tanto por fazendeiros quanto por garimpeiros. O autor e antropólogo Paulo Santilli trata de algumas táticas usadas pela Igreja Católica na sua relação com os indígenas para a defesa do território na região da Raposa e Serra do Sol:

A estratégia utilizada pelos religiosos e, em seguida, pela FUNAI, para ampliar sua influência sobre os índios, foi a de minar os vínculos clientelistas que os ligavam aos regionais. Até, então, os artigos industrializados eventualmente fornecidos pelos regionais para os índios eram contabilizados pelos primeiros numa listagem de débitos a serem cobrados quando se fizesse necessário a força de trabalho indígena... a maneira como tal “substituição” de dívidas foi operada deu-se pela promoção de reuniões anuais com as lideranças indígenas locais, as assim chamadas “assembleias de tuxauas”, patrocinadas pela Diocese de Roraima, a partir de 1975⁵⁵

Os regionais aos quais o autor se refere são fazendeiros e garimpeiros da região que conseguiam manter a “convivência pacífica” com os índios através do fornecimento de produtos industrializados, muitas vezes, cobrados através da utilização da força de trabalho dos índios aldeados. Para por fim a essa forma de clientelismo foi necessário utilizar algumas estratégias como um espaço para a discussão e explicação aos índios sobre os malefícios desse tipo de relação para as comunidades indígenas. Dentre as estratégias criadas, pela Igreja Católica, está o Conselho de Tuxauas que foi capaz de definir algumas ações para a defesa de seu território e uma das medidas foi à exigência da retirada dos fazendeiros da área contestada, como vimos na matéria publicada pelo Jornal Tribuna de Roraima de Péricles Perruci.

Um dos ativistas da Igreja Católica, bastante acusado pelos grupos políticos locais, dentre eles o próprio Amazonas Brasil em seu livro⁵⁶, foi o bispo Dom Aldo Mongiano. Uma edição do jornal *Tribuna de Mucajaí* traz a matéria “Intimado a depor Dom Aldo nega as acusações”⁵⁷. Nesta matéria, Aldo Mongiano foi alvo de acusações de incitação dos índios contra os fazendeiros e contra a mineração na região, inclusive é acusado de ameaçar o delegado de Polícia e, posteriormente, acusado de envio de dinheiro ao exterior, por isso, foi intimado a depor.

⁵⁵ SANTILLI. Op. Cit. p.41.

⁵⁶ BRASIL, Amazonas. *Raposa Serra do Sol, área de conflito*. Por Amazonas Brasil. Boa Vista, 2008.

⁵⁷ TRIBUNA DE MUCAJAÍ. Intimado a depor Dom Aldo nega as acusações. Mucajaí: 04/10/1987, ano I. p.06.

Vemos claramente que o jornal se opõe a atuação da igreja nas áreas indígenas. E não só o bispo Dom Aldo, mas também outros integrantes da igreja foram alvo de acusações como de incitar os índios a invadirem fazendas, expropriá-las e expulsar garimpeiros e por isso ocasionaram os diversos conflitos e a hostilidade dos índios contra os brancos. Está intrínseco nos discursos que os índios conviviam de forma pacífica com os brancos, na mesma região, e somente após a interferência da Igreja Católica que este passou a rejeitar a relação solidária com os não índios, dentre eles fazendeiros e garimpeiros.

O posicionamento e a atuação da Igreja Católica junto aos povos indígenas sofreram mudanças profundas a partir das críticas, externas e interna, alterando as posturas de convivência com relação à opressão por parte da estrutura de poder imposta aos oprimidos, dentre eles os povos indígenas. O autor Vieira esclarece algumas questões sobre a organização e mudanças da Igreja em torno dessa temática e suas ações.

No terceiro encontro de estudos da pastoral, coordenado pela CNBB, em Brasília, no dia 23 de abril de 1972, nascia um Conselho, integrado por um pequeno número de missionários e bispos do país, diretamente ligado à CNBB, com a denominação de "Conselho Indigenista Missionário" - CIMI -, que tem ainda a função de ser o centro coordenador das atividades missionárias na luta pelos direitos indígenas em todo o território nacional. Seu objetivo é promover, além de uma nova atuação teológica e antropológica, a construção da "luta", por meio das dioceses ligadas a ele, para que as comunidades indígenas e principalmente suas terras sejam respeitadas e demarcadas.⁵⁸

Na sua atuação, parte da Igreja Católica deixa de apenas apoiar o poder estatal, passando a defender os oprimidos. Para isso criam órgãos de defesa dos povos indígenas, como o CIMI, que manteve uma atuação ampla em Roraima. Vieira defende que houve mudanças bastante profundas na atuação e também na defesa ideológica da Igreja Católica. Isso ocorreu devido às pressões dos movimentos sociais e a consequente repressão por parte do Governo Militar.

Houve realmente uma mudança profunda dentro da Igreja Católica, que trouxe como consequência, uma mudança na forma como passava a ser vista pelos órgãos de segurança e pela ditadura militar. De defensora do sistema em nome da paz social, parte dessa mesma Igreja transformou-se em opositora e adversária deste, considerada mais perigosa até que a oposição consentida, representada pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB).⁵⁹

Essa nova postura de parte Igreja Católica teve, em contrapartida, uma atuação incisiva do Governo Militar com as incursões de investigações, punições, perseguições de

⁵⁸ VIEIRA, Jaci Guilherme. *Missionários, fazendeiros e índios em Roraima: a disputa pela terra 1777-1980*. Tese de doutorado - UFPE, 2003.p.154.

⁵⁹Ibidem. p.151.

seus órgãos de repressão a fim de desmontar as articulações de solidariedade da Igreja Católica. A atuação da Igreja Católica em Roraima, além de ter sido alvo de muitas críticas por parte da mídia vinculada aos grupos políticos e oligarquias locais, ainda sofreu várias perseguições por parte da polícia local.

A mídia impressa local, na maioria das vezes, se posicionou contrária à atuação da Igreja Católica e suas organizações, em muitos momentos vinculada à incitação dos conflitos existentes na região. É o caso do jornal, *Tribuna de Roraima*⁶⁰ que se posiciona contrário ao modo de atuação da Igreja Católica, em artigo publicado no ano de 1987, *CIMI é especulativo e quer que o índio fique numa vitrine*. Na matéria, assinada por Plínio Vicente, podemos verificar que a discussão coloca o presidente da FOIRN (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro), criada pela Lei n. 1831/1987, Edgar Rodrigues, da etnia Baré, em defesa da autonomia dos índios na extração dos recursos minerais, e também se coloca contra o posicionamento e atuação da Igreja Católica.

Outra posição, que aparece nesta mesma matéria, é a do Romero Jucá, que na época era presidente da FUNAI, órgão que assume após a ascensão de José Sarney à Presidência da República. Jucá teria cortado o convênio com as organizações da Igreja Católica por apoiar totalmente a autogerência na extração mineral dos povos indígenas. Inclusive a matéria supõe que o órgão, FUNAI, tenha firmado possíveis acordos com o DNPM para a prospecção mineral nas reservas indígenas. Romero Jucá esteve à frente na elaboração e nas discussões de projetos de mineração nas reservas indígenas como o Projeto de Lei que ficou conhecido como “Meridiano 62”. Este projeto chegou a ser aprovado pelo Ministério das Minas e Energia e abria para exploração por grandes empresas para atender ao mercado externo, mas não chegou a ser implementado⁶¹.

Encontramos, durante a pesquisa, um documento da Comissão Pró-índio de Roraima que se articula na discussão sobre o Projeto de Lei quando Romero Juca estava no Governo do Território:

Queremos alertar quanto ao projeto que regulamenta a mineração em terras indígenas, elaborado por representantes do governo, entre eles: general Bayma Denis, chefe do Gabinete Militar da presidência da República e Secretaria de Defesa Nacional, ministro das Minas e Energia Vicente Fialho, e o governador de Roraima, Romero Jucá Filho. Desrespeitando o artigo 231, parágrafo sétimo, que proíbe a mineração em áreas indígenas, conseguiram encontrar um caminho obscuro para legalizar suas intenções genocidas.

⁶⁰ TRIBUNA DE RORAIMA. CIMI é especulativo e quer o índio fique numa vitrine. Boa Vista: 10/07/87. p.03.

⁶¹ RODRIGUES, Francilene dos Santos. “Garimpando” a sociedade roraimense: Uma análise da conjuntura sócio-política. Dissertação de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento - UFPA. Belém, 1996.

O projeto assinado pelo Deputado Alcides Lima, de Roraima, pretende legalizar a mineração em terras indígenas.

Assim que obtivermos o exemplar do Projeto, encaminharemos a todas as entidades para estudo e avaliação do mesmo.⁶²

O documento da Comissão Pró-índio de Roraima demonstra a intenção de denunciar e se articular contra o Projeto de Lei que trata da regulamentação da mineração nas áreas indígenas. Um de seus autores é o Romero Jucá. No calor das discussões sobre a questão da mineração em Roraima percebemos que Romero Jucá, juntamente com seus pares, assumiu posições estratégicas importantes na administração pública, ao assumir a FUNAI e posteriormente o Governo do Território. Também se arriscou para a regulamentação das áreas indígenas e prospecção mineral que até hoje estão em discussão no legislativo.

Nesse sentido, observamos que outras organizações, além da Igreja Católica, dispunham de interesse e articulação na defesa dos índios em Roraima. Em uma das fontes que utilizamos acompanhamos a oposição do jornal *Tribuna de Roraima*, a atuação da Igreja Católica junto aos povos indígenas. Que especialmente, neste título, deixa claro que se opunha a Igreja Católica por esta se opor a exploração mineral nessas áreas que, além dos conflitos étnicos e culturais, acirraram um aglomerado de problemas sociais como saúde e comunicação já presentes. E por isso, a Igreja Católica foi extremamente criticada pelos diversos grupos de interesses que disputavam as áreas com os índios, inclusive pela própria FUNAI, quando Romero Jucá estava à frente do órgão.

A tomada de posição da Igreja Católica em defesa dos povos indígenas foi bastante significativa à medida que a política de ocupação da Amazônia, o “vazio demográfico”, engendrada pelo Governo Militar, na qual destinava a massa de nordestinos pobres às áreas já ocupadas pelos povos indígenas, significou um massacre direto às comunidades e gerou uma situação de caos para os que saíam do nordeste para serem assentados em meio à floresta sem condições de estrutura suficientes que pudesse atendê-los.

A questão que queremos levantar aqui é que tanto os indígenas como os trabalhadores dos garimpos estão em uma condição de total descaso de assistência do poder público. Pois, como podemos verificar, até mesmo a legislação é omissa na regulamentação da mineração nas reservas indígenas o que, por sua vez, não estabelece qualquer critério de assistência aos indígenas e aos trabalhadores que além de não terem seus direitos trabalhistas

⁶² COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE RORAIMA. Boletim da CPI/RR nº 4. Articulação para a sobrevivência do povo Yanomami. Novembro de 1989.p.03.

O documento, encontrado durante a pesquisa no IBGE, foi disponibilizado pelo coordenador do Instituto Carlos Vicente que chegou ao Território de Roraima no ano de 1989 e começou a arquivar jornais e documentos que tratam especificamente da questão indígena e mineração.

assegurados, ainda estão submetidos aos impasses por parte do poder no que se refere à legalidade e ilegalidade da mineração nas reservas indígenas. Ou seja, em ultima instância entram em conflito direto índios e trabalhadores.

Em 05 de dezembro de 1967 foi aprovada a Lei de criação da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) que, nos termos da lei, além de proteger as comunidades deve garantir a posse permanente de suas terras e o usufruto dos recursos naturais necessários à sobrevivência das comunidades. A FUNAI substitui outro órgão que era responsável por este setor que foi criado ainda no Governo de Vargas, o SPI (Superintendência de Proteção ao índio).

Posteriormente foi aprovado o Estatuto do Índio que regulamenta a situação dos índios e das comunidades indígenas, em 21 de dezembro de 1973. O Estatuto do Índio já previa o prazo de cinco anos para a demarcação das terras indígenas que ainda não haviam sido demarcadas⁶³. E na realidade todo o processo de demarcação e homologação⁶⁴ só se encerrou muitos anos depois. No caso da Raposa e Serra do Sol, só foi Homologada em 15 de abril de 2005.

Outra questão bastante relevante é a regulamentação das áreas pertencentes às comunidades indígenas que passam por processos distintos como o de reconhecimento da ocupação, previsto no art. 25 da Lei nº 6.001 de 1973. Somente com o Decreto nº 1.775, de 08 de janeiro de 1996, foram regulamentados os procedimentos quanto à demarcação das terras indígenas. Ou seja, durante o período auge da mineração em Roraima as áreas tradicionalmente ocupadas pelas comunidades indígenas não eram totalmente regulamentadas o que facilitou o adentramento e invasão, tanto por fazendeiros, como por garimpeiros e posseiros. Vejamos como Paulo Santilli trata o processo de invasão de garimpeiros na região da Raposa e Serra do Sol. Vejamos:

A presença de garimpeiros na área não ocorreu de modo uniforme, ou constante, desde o início; mas ao contrário, sucedeu de modo bastante variável, com a agregação de novos contingentes esporádicos e incursões aleatórias, entremeados com períodos de refluxo; que, finalmente, a grande invasão da área, de proporções nunca antes alcançadas, e a instalação maciça de garimpeiros só ocorreram recentemente, isto é, desde 1990, gerando, nesses últimos anos, uma situação qualitativamente distinta de qualquer outra, na história de ocupação local.⁶⁵

⁶³ Está previsto no artigo 65 da Lei nº 6.001 de dezembro de 1973 que dispõe sobre o Estatuto do Índio.

⁶⁴ A demarcação é um procedimento administrativo, a homologação é feita pelo Presidente da República e depois é realizado o registro em cartório.

⁶⁵ SANTILLI, Paulo. *Pemongon Patá: Território Macuxi, rotas de conflito*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.p.99.

O autor, através da pesquisa de campo, conseguiu identificar um panorama mínimo do período de maior fluxo de garimpeiros na região da Raposa e Serra do Sol. Identificou também uma das causas para tal fato, a massiva atuação dos órgãos de segurança para a retirada dos garimpeiros das reservas yanomamis. Na realidade compreendemos que existe uma dificuldade em medir tanto o fluxo quanto os locais de incursões de garimpeiros na extração de minerais, especialmente pela falta de controle sobre as áreas pelo poder público, como também pela quase inexistência de pesquisas *in loco*.

Foi devido ao adentramento de garimpeiros acirrando os conflitos na região entre índios e fazendeiros que as comunidades indígenas mobilizaram as lutas através de organismos dos povos indígenas, e também com o apoio de outras organizações, que pressionaram pela criação de mecanismos de regulamentação dessas áreas. As terras habitadas pelos povos indígenas pertencem à União. As comunidades possuem apenas seu usufruto, de acordo com a própria Constituição⁶⁶. O Estatuto do Índio garante aos povos indígenas a exclusividade na exploração das riquezas dos solos através da “garimpagem, faiscação e cata”. E no que se refere à riqueza do subsolo será regulamentado pelo Ministério do interior.⁶⁷

Nesse sentido, os grupos com interesses econômicos e políticos, desde o governo militar, na exploração e ocupação da Amazônia, não respeitaram a ocupação já existente formada pelos povos indígenas. Muito menos disponibilizaram a assistência à saúde desses povos que já ocupavam essas áreas. Entendemos que a condição das comunidades indígenas é de completo descaso pela falta de assistência (médica, sanitária, educação e infraestrutura) e também de desrespeito à sua cultura e seus interesses, ocasionando os conflitos e a morte de centenas de índios de forma criminosa e negligente por parte do governo.

Nesse jogo de interesses seguem alguns jornais com o teor de denúncia, tendo como alvo a Igreja Católica. A *Tribuna de Roraima*⁶⁸ produz várias matérias sobre a questão mineral e seus impasses. Em uma delas “Índios denunciam: estão trabalhando para o padre Giorgio sem receber nada”, observamos na mesma edição que foram publicadas várias matérias que colocam em discussão a questão mineral. Nas páginas 01 (capa) e 05 temos a matéria *O garimpo, um Eldorado*, que trata das riquezas minerais na região dos Surucucu

⁶⁶ Nos termos do Estatuto do Índio as terras ocupadas pelas comunidades indígenas “são bens inalienáveis da União”, previsto na Constituição em vigor. Na redação da Constituição de 1988 essa previsão sobre as terras indígenas serem bens da União continua a ser adotada no art. 20, inc. XI.

⁶⁷ O usufruto da terra pelas comunidades indígenas está previsto no Art. 44 e 45, parágrafos §1 e §2, da Lei nº 6.001/73.

⁶⁸ Neste título da *Tribuna de Roraima* temos as seguintes matérias: O garimpo, um Eldorado; Índios denunciam: estão trabalhando para o padre Giordano sem receber nada; BR 174: a triste realidade dos Waimiri-Atroarí na Amazônia; Paapiú problema pra PM; E o ouro some não se sabe pra onde. 18/09/87. p.01, 03 e 05.

onde se localizam os Yanomami. Como se fizesse um apanhado da história da exploração mineral relata que naquela região, no período da II Guerra Mundial, pousavam grandes aviões e retiravam areia monazítica contendo material radioativo. Em 1972 garimpeiros foram para a região e exploravam cassiterita, mas o governador Ramos Pereira a serviço do Governo Federal ordenou a retirada dos garimpeiros.

Outra matéria, nas páginas 01 (capa) e 03: *índios denunciam: estão trabalhando para o padre Giordano sem receber nada*. Nessa matéria é denunciada a atuação do *padre Giordano* por está controlando os índios do Maturuca que estão trabalhando para ele na extração de diamantes no Rio Maú.

Mais uma matéria deste jornal, nas páginas 01 e 03 (BR 174: *a triste realidade dos Waimiri-Atroari na Amazônia*⁶⁹) mostra que os indígenas dessa região passam por muita miséria e necessidade, apesar da existência de muito minério naquela área. Fala que a empresa de mineração, Parapanema, que atua próximo a aldeia, poderia ajudar na sobrevivência dos índios. E, ainda, com teor de critica, a matéria relata que a FUNAI trata os índios como selvagens.

Ainda, na página 05, *Paapiú problema pra PM*, o comandante geral da PM, coronel Santos Rosa escolheu o capitão Maia para chefiar a retirada dos garimpeiros da região do Paapiú por estar ocorrendo conflitos entre garimpeiros e indígenas. Mais, uma matéria, da página 05, *E o ouro some não se sabe pra onde*, índios e garimpeiros podem conviver pacificamente sem conflitos. A FUNAI e órgãos internacionais não querem que os brasileiros tomem posse dos recursos minerais.

Nesse sentido, analisamos que existe uma linha de defesa central nessas matérias: a continuidade da exploração mineral. E é a partir dessa linha de defesa que a argumentação se constitui forjando elementos de sustentação da mesma. Elencamos alguns desses elementos: o primeiro aspecto que destacamos é de crítica à atuação da Igreja Católica, chegando a acusá-la de utilização da força de trabalho dos índios de forma ilegal na exploração mineral, sobretudo porque a Igreja se configura como um impedimento a prospecção mineral realizada pelos não índios. Em segundo, temos a justificativa de que a abertura à mineração nas reservas se constituirá em benefícios às populações indígenas, que sofrem com o descaso e a falta de assistência do poder público. Por último defendem que as riquezas minerais pertencem aos brasileiros e não se justifica a não regulamentação das áreas à exploração mineral, pois são bens que devem ser usufruídos por todos.

⁶⁹ Essa matéria faz parte de uma série de reportagens do jornal sobre a BR-174. É escrita por Péricles Perruci, que é editor e proprietário do jornal.

De acordo com a nossa percepção, os ataques da mídia local à intervenção da Igreja Católica nas reservas indígenas ocorre porque esta passou a incentivar a autonomia desses povos com relação aos fazendeiros e garimpeiros da região. Para que os índios pudessem ter autonomia era incentivada tanto a atividade de pecuária nas reservas quanto o de mineração realizada pelos próprios índios a fim de garantir o sustento das comunidades sem o amparo clientelista dos fazendeiros e garimpeiros da região. Pois, ao mesmo tempo em que os religiosos exigiam, junto às comunidades, a saída de fazendeiros e garimpeiros das reservas indígenas era necessário criar condições para a sobrevivência das comunidades sem os vínculos com esses grupos.

E como já identificamos, o grupo responsável pelo jornal e que, por sua vez, defende interesses sobre a mineração no Estado, se coloca na defesa da exploração mineral em reservas indígenas em detrimento de outros grupos de interesse sobre essas áreas, que coloca que a mineração irá facilitar a vida dos índios devido ao descaso do poder público. Por isso, é interessante perceber os distintos grupos e seus posicionamentos sobre as áreas de mineração.

Uma das falas que se destaca no emaranhado das discussões é de Amazonas Brasil, do qual já falamos anteriormente, e que contesta algumas posições do governo, inclusive sobre os interesses de prospecção mineral onde estão envolvidos órgãos do governo e a empresa estatal CODESAIMA:

A defesa da Vale do Quinô não é bandeira unicamente da oposição. É de todos. Mais exatamente do povo de Roraima.

É verdade, coube ao vereador Parimé Brasil levantar a lebre e, com o apoio da Câmara Municipal, denunciar às autoridades do Planalto e à opinião pública a prática ilícita e vergonhosa de entrega de uma das áreas mais ricas do Território.

Nada justifica a cessão de direitos, ou melhor, a concessão graciosa, feita pela CODESAIMA, ou melhor, por um de seus diretores à Mineração Rio Novo. Tal fato fere frontalmente os estatutos daquela companhia e agride a finalidade para o qual foi criada.

Cabe à nossa Companhia de Desenvolvimento, dentre suas múltiplas finalidades atuar em áreas pioneiras onde haja risco para a iniciativa privada. Só que, no caso do Quinô, o risco é mínimo. Velho garimpeiro, trabalhando há mais de cinquenta anos, diz que o Quinô teve sua fase áurea nos idos da Serra Verde, quando o ouro era catado, praticamente “a flor da terra”. De lá para cá, a garimpagem serviu apenas para manter acesa a esperança de que um dia, facilitado o acesso terrestre, ali se desenvolveria um dos maiores garimpos de Roraima.

Com o levantamento e mensuração feitos pelo DNPM, confirmado o seu imenso potencial, a cobiça dos poderosos grupos econômicos, associados à prática vergonhosa de desrespeito ao direito de um povo, agiu mais rápido. Estamos na iminência de ver o Território vergonhosamente espoliado e perder, no mínimo, 31 mil quilos de ouro e milhões e 735 mil quilates de diamantes. Valores suficientes para viabilizar o futuro estado de Roraima.⁷⁰

⁷⁰ BRASIL, Amazonas. *Textos publicados na imprensa de Roraima*. Boa Vista: Grafisa Gráfica e Editora LTDA, 2010.p.20.

A crítica de Brasil diz respeito ao favorecimento à Empresa Mineração Rio Novo em detrimento dos interesses da Estatal CODESAIMA e até mesmo do “povo roraimense” que está perdendo o espaço para o interesse privado. É necessário esclarecer que o autor não toca nas discussões sobre o fato de a mineração ser realizada em reserva indígena e muito menos sobre as condições em que poderá ser realizada a mineração nessa área. No seu discurso está explícito a defesa apenas da mineração contra os interesses de determinados grupos constituídos na empresa privada.

A companhia de desenvolvimento de Roraima – CODESAIMA foi criada através do Decreto Lei nº 6.693 de 03 de outubro em 1979, durante a administração governamental de Ottomar Pinto. Sobre esta Empresa Estatal de Economia Mista temos as seguintes discussões sobre a sua área de atuação e diz que

Tem por objetivo promover o desenvolvimento rural e urbano de Roraima, elaborar e executar projetos relativos à colonização, mineração, agropecuária, estimular e orientar a iniciativa privada, promover a organização e participar do capital de empresas de produção, beneficiamento e industrialização de produtos primários. Estando habilitada a praticar atos de indústria, comércio, serviços e operações através de atividades econômicas, aos estabelecimentos filiados.⁷¹

De acordo com a Fundação do Meio Ambiente e Tecnologia de Roraima a CODESAIMA tem um leque de possibilidades de atividades para atuar. As duas principais atividades desenvolvidas pela Empresa foram a Usina de Beneficiamento de Leite e o Matadouro Frigorífico de Roraima (Mafir), mas além destas também se destacou pelo interesse no setor mineral, inclusive chegou a ser autorizada a realizar a lavra experimental pelo DNPM, uma dessas autorizações foi em 1984 no Quinô⁷². E é justamente sobre essa autorização que faz a crítica Amazonas Brasil, por ter terceirizado a uma empresa privada.

Como dito anteriormente, as áreas onde se encontram os minerais estão sob o conteste de diversos grupos tanto os que não defendem e os que defendem a mineração, quanto entre os próprios grupos que a defendem. Muitas vezes essas mesmas áreas, onde também habitam os povos indígenas, vivenciam uma “invasão”, como muitos passaram a denominar, articulada por sujeitos públicos e lideranças políticas que representavam os garimpeiros. Rocha fala sobre uma invasão específica de um grupo de garimpeiros, articulada por José Altino, na área Yanomami.

⁷¹ RORAIMA. Fundação do Meio Ambiente e Tecnologia de Roraima. *Roraima o Brasil do Hemisfério Norte: Diagnóstico Científico e Tecnológico para o desenvolvimento*. Roraima: Ambtec, 1993.p.194.

⁷² Rodrigues, 1996, p.65 et seq.

Em fevereiro de 1985, o líder garimpeiro José Altino Machado chefou sessenta homens armados numa invasão aérea à base de Surucucus. Rapidamente abriram uma segunda pista de pouso. José Altino, homem ambicioso, gabava-se de ter sob seu comando um exército de um milhão de homens, na qualidade de presidente da Usugal, o sindicato dos garimpeiros da Amazônia. A invasão tinha o apoio de políticos locais e de empresários e, segundo alguns, seu objetivo oculto era desestabilizar o governo de Roraima. Porém foi espalhafatoso e provocativo demais para ser ignorado pelo governo central. A Polícia Federal foi enviada para prender os homens de Altino. Cinco aviões lotados foram interceptados, antes de se juntarem a eles.⁷³

A autora estabelece uma relação de liderança de José Altino Machado, presidente da USUGAL (União dos Sindicatos dos Garimpeiros da Amazônia Legal), com os garimpeiros e políticos de Roraima tendo ações totalmente fora dos padrões legais. É importante averiguarmos nos meios de comunicação a ação empreendida por José Altino. A matéria do Jornal *Folha de Boa Vista - Garimpeiros falam em voltar ao Surucucus*⁷⁴ - fala da manifestação dos garimpeiros contra a ação de retirada dos garimpeiros do Surucucus e exigem a soltura de José Altino Machado, preso durante a ação policial. A manifestação dos 300 garimpeiros inclui passeata que foi interceptado pela Polícia.

O Jornal *Folha de Boa Vista* pertence ao economista Getúlio Alberto de Souza Cruz que respondeu pela Secretaria de Planejamento, nos anos anteriores e exerceu o cargo de Governador do Território de 1985 a 1987.⁷⁵ Comprou o jornal *Folha de Boa Vista* do Grupo Kimak⁷⁶ em 1987, na época era um semanário e passou a ser um jornal diário somente em 1999. Getulio Cruz ainda ocupa um papel de importância para os grupos políticos que estão à frente da administração de Roraima e, em Boa Vista, ocupa cargo na secretaria de Planejamento Municipal, e também é professor de Economia na Universidade Federal de Roraima.

Ainda em meio às discussões sobre a mineração nas reservas indígenas Getulio Cruz declara a uma revista:

⁷³ROCHA, Jan. *Haximu: o massacre Yanomami e as suas consequências*. São Paulo: Editora Casa Amarela, 2007.p.110.

⁷⁴ FOLHA DE BOA VISTA. Garimpeiros falam em voltar ao Surucucus/Governo retira todos os garimpeiros do surucucus. Boa Vista: 15 a 22/02/1985. p.01 e 12.

⁷⁵ As informações sobre o Jornal *Folha de Boa Vista* e o proprietário Getúlio Cruz foram encontradas também nessa duas publicações: ADMINISTRAÇÕES Estaduais 1981. *Perfil*. São Paulo: publicado por Visão S.A. Editorial, nº 12, 1981.p.213. E também: RORAIMA. Fundação do Meio Ambiente e Tecnologia de Roraima. Roraima o Brasil do Hemisfério Norte: Diagnóstico Científico e Tecnológico para o desenvolvimento. Roraima: Ambtec, 1993.p.262.

⁷⁶ O Grupo Kimak era formado por Fernando Estrela, Sandra Regina Tarcitano, Cosette Espíndola e Cícero Cruz, que em 21 de outubro de 1983 fundaram o jornal e publicaram a primeira edição. O jornal *Folha de Boa Vista* era impresso em Manaus. Essas informações foram encontradas em um folheto produzido pelo Grupo Folha em comemoração aos 25 anos do jornal *Folha de Boa Vista*.

Antes de pensar na exploração o Estado brasileiro devia ter vergonha na cara e fazer um inventário com pesquisas nestas áreas para saber o que efetivamente nós dispomos para extrair. Há muita falácia e fantasia em torno desta questão. Mas o que tem de fato de minérios nestas terras? Não se estima quanto. É uma aventura que eu não embarcaria.⁷⁷

E ainda diz que

A exploração de energia elétrica limpa no Contigo daria muito mais *royalties* às comunidades do que explorar, por exemplo, nesta área leste do estado que é uma área diamantífera, onde os diamantes são explorados no leito dos rios. No caso da energia elétrica, calcula-se que, por mês, ficaram pelo menos R\$ 80 mil, em *royalties* para as comunidades.

Analisando a posição de Getúlio Cruz sobre a mineração, vimos que ele acredita que é um projeto arriscado porque ainda não foi realizado um estudo preciso sobre os minerais na região, e, na área leste, os diamantes podem ser “explorados no leito dos rios”, o que significa que não exigiria altos investimentos em mecanização. Dessa maneira, o melhor seria investir no setor hidrelétrico. Diante dessas opiniões percebemos que o projeto político e econômico para Roraima que Getúlio Cruz defende, neste momento, diverge e contrasta com o de alguns grupos políticos, dentre eles, o de Romero Jucá que defende a mineração na região.

É importante analisar que as discussões sobre a mineração entre os grupos oligárquicos locais sofrem alterações de acordo com conluios políticos que vão se transformando segundo os interesses e pressões sobre as áreas. Houve momentos em que Getúlio Cruz e José Altino estavam defendendo os mesmos projetos políticos. Verificamos que um desses momentos foi quando o candidato a deputado Federal, José Altino Machado, no pleito eleitoral de 1990, os dois estavam no mesmo partido político PL, inclusive com propaganda no jornal *Folha de Boa Vista*.

Retomemos agora à discussão sobre a “operação de invasão” das reservas indígenas por José Altino Machado que, em uma declaração na Junta Comercial de Roraima, publicada na imprensa local alguns meses depois da invasão e prisão José Altino, diz “podem matar ou tombar os aviões todos, mas eu vou arrombar o surucucus”⁷⁸, posicionando-se para o enfrentamento a alguns grupos políticos, especialmente os que representavam o interesse do Governo Federal e alguns de seus órgãos. O próprio José Altino escreve um texto no qual fala das experiências e motivações que o fizeram embrenhar-se em tal ação:

⁷⁷ RODRIGUES, Éder. Mineração em Terras Indígenas: Legalizar ou não. *TEPUI: Dossiê das fronteiras*. Revista de jornalismo científico e cultural da Universidade Federal de Roraima. Ano I, Ed. 01. Roraima: UFRR, COORDCOM. 2012.p.47.

⁷⁸ FOLHA DE BOA VISTA. Altino desafia a Lei e diz que vai invadir Surucucus. Boa Vista: 19/04/1985. p.01 e 05.

Dias de Cárcere

Fevereiro de 1985... Último mês do regime militar, implantado por 21 anos no país. O ciclo de manda excepcional terminava...

Numa tentativa frustrada de ludibriar a terrível sensação de falta de espaço e movimento, na cela solitária da penitenciária do Estado de Roraima, apenas relembrava, minuto a minuto, os últimos acontecimentos que culminaram com a minha prisão...

A detenção havia ocorrido na base aérea de Boa Vista, quando dialogava com o comandante daquela unidade. Uma decisão judicial. O Governo Federal, através da Polícia Federal, havia conseguido de um juiz dos territórios o mandado para a minha prisão, sob a alegação de desobediência e resistência.

No afã de deter a onda de reivindicações que eu iniciara, logo embasaram esse pedido invocando a “simpática” causa indígena.

...

Eu e minha equipe, com aproximadamente mil homens, havíamos chegado ao Território de Roraima, em busca do que acreditávamos ser nosso, há muito tempo. Tínhamos visto e acompanhado toda a movimentação, desde outubro de 1984, no sentido de transferir, à força, propriedades que eram de garimpeiros, produtos de seu trabalho, para a Companhia Vale do Rio Doce, em 1976.

Houve pacífica e passiva aceitação pelo fato de a Vale, à época, pertencer à União. Incrivelmente, porém, ela entregou um relatório ao DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) devolvendo a cessão ao governo, dizendo que ali não existiam riquezas que fossem economicamente viáveis e passíveis de serem exploradas.

A surpresa que a devolução da área e o relatório causaram a todos que conheciam a província mineral do Sistema Parima, fronteira com a Venezuela, provocou alerta geral do possível e irregular desdobramento que se antevia. Realmente, no dia seguinte ao da desistência, a posse passava a uma empresa mineradora, cujos donos eram parentes, filhos e gente ligada à presidência da estatal. Isso provocara em todos nós um extraordinário sentimento de revolta, criando, na comoção do momento, uma reação que hoje, possivelmente, seria diferente.

Sabíamos que as atitudes que estávamos tomando em recuperar as áreas que haviam sido tomadas de forma abrupta e truculenta em nome do, e para o, Estado, nos levaria a perder a razão, estimulando um conflito pelo qual acabaríamos, no mínimo, na cadeia.

...

Minha prisão se deu dentro de um clima de incoerências e no choque contra esse mirabolante Estado. E jamais envergonhou-me...⁷⁹

Nesse recorte, José Altino relata que a ação articulada de invasão da área se deu com o intuito de garantir a área aos garimpeiros e não a outros grupos que tinham a perspectiva de exploração mineral. Assim defende das acusações de ter invadido a reserva por pertencer ao grupo indígena Yanomami, como defende Jan Rocha. A atitude de José Altino em liderar garimpeiros, proprietários de maquinários e trabalhadores às invasões das reservas indígenas é bastante intrigante à medida que entra em confronto com as várias instituições do Governo e com o próprio Governo, local e nacional, especialmente o governo militar com quem mantinha boas relações.

É importante destacar que José Altino não constitui uma simples liderança para os trabalhadores dos garimpos, mas, para além, é um empresário que manteve uma rede de interligações políticas e comerciais dentre elas empresas aéreas e maquinário para a produção

⁷⁹ MACHADO, José Altino. *Campanha Doce, Pimenta Brava*. Minas Gerais: Iacocca, 2005. pp.163-165.

mineral, ou seja, não representava os trabalhadores e sim os interesses do empresariado e investidores envolvidos na atividade de mineração, e os confrontamentos na qual esteve presente tinham a finalidade de garantir seus interesses, assim como do empresariado que o apoiava. As organizações, das quais José Altino Machado participa, congregam tanto patrões quanto empregados, classes distintas sob o legado da mesma instituição o que dificulta aos trabalhadores defenderem seus interesses.

Diante das discussões sobre a questão da mineração em áreas de interesse das comunidades indígenas, destacamos também a atuação de outras ONGs que defendem as áreas em ocupação tradicional, terras habitadas pelos povos indígenas. Uma das organizações que mais aparece é a CCPY (Comissão Pró-yanomami) que é uma organização não governamental brasileira. Foi criada em 1979 inicialmente com a denominação de Comissão pela criação do Parque Yanomami e atuou na assistência à saúde dos índios, no período de 1981 a 1999. Posteriormente foi repassada a outra ONG. Porém permaneceu atuando nas áreas indígenas no campo da educação e recuperação das áreas degradadas.

A CCPY (comissão Pró-yanomami) muitas vezes foi criticada pelos grupos políticos locais e pela mídia impressa. Uma das atuações bastante incisiva da organização foi a denúncia e divulgação do conflito ocorrido em uma aldeia, após uma incursão dos índios com o intuito de angariar materiais e mantimentos para a aldeia indígena Yanomami, Haximu. Os índios atacaram alguns garimpeiros onde um morreu e outro ficou ferido, no barraco em que residiam, e, após esse episódio, alguns garimpeiros se dirigiram à aldeia e assassinaram 16 índios, dentre eles mulheres e crianças. Como a ONG encontrava-se instalada na data do ocorrido, em agosto de 1993, nas reservas Yanomami, divulgou-se a informação de que “garimpeiros haviam dizimado uma aldeia”. As investigações foram realizadas e a justiça brasileira condenou pelo crime de genocídio os garimpeiros Pedro Emiliano Garcia (Pedro Prancheta), Eliézio Monteiro Neri (Eliézer), Francisco Alves Rodrigues (Chico Ceará) e Juvenal Silva (Curupura).⁸⁰

Esse foi apenas um dos vários conflitos que ocorreram entre índios e garimpeiros⁸¹, talvez o que culminou em mais mortes, mais divulgado, em âmbito nacional e internacional, e com a condenação dos garimpeiros pelo crime de genocídio o primeiro a ser julgado no país. A repercussão de tal fato se deu, também, por ter ocorrido após a reserva Yanomami estar demarcada e proibida a mineração nessa área. A aldeia de Haximu, onde ocorreram os

⁸⁰ ROCHA, Jan. *Haximu: o massacre Yanomami e as suas consequências*. São Paulo: Editora Casa Amarela, 2007.p.58.

⁸¹ Sobre os conflitos e as imagens construídas acerca dos trabalhadores dos garimpos discutiremos no capítulo 02.

conflitos e as mortes, localiza-se na realidade no território venezuelano,⁸² para onde os garimpeiros brasileiros migraram para realizar a exploração mineral após o fechamento dos garimpos em Roraima.

Rodrigues, ao tratar dos movimentos migratórios de garimpeiros para a Venezuela, diz que a migração ocorreu

por toda a década de 1990, tendo como motivação o declínio da garimpagem em Roraima. Esse declínio foi acarretado, entre outros fatores, pela diminuição da produção, pela queda do preço do ouro e pelo aumento dos custos dos insumos básicos utilizados nesta atividade, tais como combustível, reposição de peças, máquinas, motores e gêneros alimentícios. Outro fator que contribuiu para o declínio da mineração e, consequentemente, para emigração para a Venezuela foi demarcação das terras indígenas Yanomami, em 1991, que resultou na destruição de pistas de pouso, máquinas e equipamentos e a retirada de garimpeiros da área pela Polícia federal (...). O fracasso dos projetos de colonização e assentamento também é considerado fator de estímulo à migração transfronteiriça, ao mesmo tempo em que na Venezuela, ocorria a implementação de uma política de ocupação da região sul (Programa Dessalvo del Sur), que incluía que outras ações a instalação de projetos de infraestrutura e indústrias básicas de siderurgia e energia.⁸³

A autora trata os processos de emigração de brasileiros para a transfronteira, Venezuela e Guiana Inglesa. Destacamos a sua análise por se referir ao movimento migratório de garimpeiros para a Venezuela nesse período, devido às características que compõem os interesses dos sujeitos que participam desse processo. Algumas das causas para a emigração elencadas por ela é a demarcação da reserva Yanomami, a retirada de garimpeiros da área através de ações policiais, aumento dos preços de maquinários, utensílios e mantimentos: esses aspectos desmotivaram muitos investidores da mineração em Roraima, como também as atividades de suporte, e consequentemente os trabalhadores que atuavam na região, muitos buscaram alternativas para continuar a atividade e uma das alternativas foi a emigração para outros países fronteiriços.

Não obstante, com o fechamento dos garimpos na reserva Yanomami os conflitos e discussões sobre a mineração não deixaram de ocorrer e os trabalhadores dos garimpos sofreram os impactos de ações contrárias à garimpagem. Ao pesquisarmos as Atas e Diários

⁸²O antropólogo Bruce Albert traz algumas informações sobre as reservas Yanomami existentes no Brasil e Venezuela “Os Yanomami formam uma sociedade de caçadores-agricultores da floresta tropical do Norte da Amazônia... seu território cobre, aproximadamente, 192.000 Km², situados em ambos os lados da fronteira Brasil - Venezuela na região do interflúvio Orinoco – Amazonas (afluentes da margem direita do rio Branco e esquerda do rio Negro)”. ALBERT, Bruce. *Os Yanomami e suas terras*. Disponível em: <<http://antipoda.unidades.edu.co/view.php/>> Acessado em: 03/10/2012.

⁸³RODRIGUES, Francilene dos Santos. La frontera dorada: brasileiros em busca de ouro na fronteira Pan-Amazônica. In: RODRIGUES, Francilene dos Santos e PEREIRA, Mariana Cunha, (orgs). *Estudos Transdisciplinares na Amazônia Setentrional: Fronteiras, Migração e Políticas Públicas*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012. P.33.

da Assembleia Legislativa encontramos pronunciamentos de parlamentares sobre o assunto. Uma das declarações⁸⁴ é sobre a atuação de uma comissão de parlamentares que fizeram uma visita a 45 garimpeiros presos na Venezuela. Temos, então, a declaração do Presidente da Assembleia Antônio Soligo, que diz:

Nós gostaríamos de comunicar a todos os deputados, à plateia, que no sábado passado, se dirigiu ao país vizinho da Venezuela, esse deputado acompanhado da Deputa Vera Regina, em visita a garimpeiros brasileiros detidos na cidade Porto Ayachucu no qual passamos dois dias, e comunicar também o comunicado oficial recebido pela Embaixada do Brasil e enviada a esta casa às 11h00min horas do dia de hoje, da libertação dos quarenta e cinco garimpeiros que estão se deslocando hoje às 19h00min horas, no meio de transporte, ônibus, chegando à cidade de Boa Vista sexta-feira às 18h00min horas, para onde daqui se dirigirão a várias localidades.⁸⁵

E ainda diz:

Nós que vimos o que passam os brasileiros em terra estranha, nós que vimos a angústia dos brasileiros, entendemos muito bem o que sentiram os deputados desta casa, que lá estiveram o ano passado⁸⁶.

Declarou também o Deputado Ontoniel Ferreira de Souza que

os deputados estaduais que representam efetivamente o povo do Estado, que foram à Venezuela, simplesmente defender os interesses dos brasileiros que estão presos, estão no calabouço, em virtude da omissão do próprio governo, em não oferecer condições a esses garimpeiros, de trabalharem e de explorarem as jazidas minerais que tem no nosso Estado.⁸⁷

Temos também a declaração do Deputado Flávio dos Santos Chaves acrescentando que

Nós queremos parabenizar a nobre Deputada e o nosso presidente Aírton, que tiveram a coragem de se deslocarem ao nosso país vizinho para lá negociar com as autoridades daquele país, para que brasileiros presos ilegalmente fossem soltos, graças a Deus, anunciado pelo nobre Presidente, que eles foram soltos, e isso aconteceu porque o trabalho desta casa, na pessoa do presidente e de outros Deputados que se deslocaram o ano passado para a defesa de outro grupo de garimpeiros por aquele país.⁸⁸

No pronunciamento da Deputada Vera Regina Guedes da Silveira também está presente à declaração sobre alguns fatos:

⁸⁴ ESTADO DE RORAIMA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. Ata da 147^a sessão, em 17 de fevereiro de 1993.

⁸⁵ Ibidem.p.03.

⁸⁶ Ibidem.p.08.

⁸⁷ Ibidem.p.04.

⁸⁸ Ibidem.p.09.

Situação idêntica aconteceu no ano passado e esta casa se fez presente e lá também houve uma atuação forte dos senhores Deputados que aqui registrei o nome, trouxeram de volta os garimpeiros que foram presos na época no vizinho Estado de Roraima... novamente a força da imprensa e a força da política de Roraima, juntos fizeram apressar e os brasileiros tiveram sua liberdade de volta. Na presença da juíza não houve enquadramento de nenhum crime, pois os brasileiros não cometem crime, porque lá não esteve garimpando e sim, simplesmente usando, e sim usaram o país vizinho como passagem para retornar ao Brasil na descida do garimpo que se localiza no Pico da Neblina. Registro também a infelicidade do Itamaraty quando disse que os garimpeiros estavam fugindo da operação Selva Livre, engana-se, a operação nem começou e está a 600 Km de onde ocorreu a prisão de garimpeiros e não se trata de prisão de garimpeiros, lá existiam também comerciantes que estavam levando comida para vender e agasalho para aqueles que trabalham naquela localidade.⁸⁹

Percebemos que esses parlamentares têm em seus discursos a defesa dos garimpeiros que foram presos na Venezuela. Ao longo da década de 1990 vimos se repetir ações como essa, justificadas pela proibição da mineração nas reservas indígenas. Muitos parlamentares fazem a crítica ao governo por não regulamentar as reservas à exploração mineral, o que garantiria o desenvolvimento do Estado e a melhoria da qualidade de vida das populações que estão em condições de marginalização.

Nessas defesas dos parlamentares sobre a mineração no Estado não está claro em que condições deve ser desenvolvida a atividade de prospecção mineral. Pois, se o interesse fosse a defesa dos trabalhadores dos garimpos, nos seus discursos deveriam estar presentes as condições em que são desenvolvidos os trabalhos de prospecção mineral. Eles ocorrem de forma precária sem nenhuma assistência das políticas públicas e garantias trabalhistas.

Contudo, acreditamos ser necessário analisarmos as imagens que são construídas sobre os trabalhadores dos garimpos, para que possamos compreender melhor os debates e interesses dos diversos grupos sobre a mineração em Roraima. É o que discutiremos no capítulo seguinte.

⁸⁹ Ibidem.p.09 e 10.

CAPÍTULO 2

DAS IMAGENS SOBRE A MINERAÇÃO E OS TRABALHADORES DOS GARIMPOS

No capítulo anterior observamos que no processo de composição social e histórica de Roraima existe uma gama de grupos de interesses políticos e econômicos, por isso a importância de desvelar esses grupos que participam do processo de estabelecimento e desenvolvimento da atividade de mineração para percebemos as suas inter-relações no campo de aceitação e disputa sobre essa atividade econômica. Durante a pesquisa analisamos não só como se inserem os trabalhadores em meio às discussões, mas também os significados das imagens construídas pelos diversos grupos, sobre os trabalhadores dos garimpos em Roraima, pois elas expressam posições políticas e ações de pessoas e instituições.

É importante destacar que esses grupos criam e consolidam imagens sobre os garimpeiros que denunciam o antagonismo entre, e com, outros grupos com interesses divergentes. Os que produzem os jornais que pesquisamos e, por sua vez, estão vinculados aos grupos políticos locais, conseguiram, ao longo do processo realizar a defesa da mineração de acordo com as mudanças e pressões sociais sobre esta atividade econômica. Assim, como a discussão e defesa dos parlamentares para exploração mineral nas áreas de disputa também estão presentes nas Atas e Diários da Assembleia. Ou seja, as discussões de defesa ou rejeição da mineração em Roraima estão em todas as fontes em que pesquisamos e as vemos como fios condutores para interpretação das diversas visões sobre o garimpo e os garimpeiros, interpretação presente também na fala do próprio trabalhador do garimpo. É importante destacarmos que na defesa e/ou rejeição da mineração pelos diferentes grupos que disputam as áreas de mineração emergem imagens que demonstram posições e lugares sociais que são expressões de interesses que marcam as disputas na região.

Para alguns, a defesa da estrutura para a produção mineral atendia às expectativas de desenvolvimento da região em meio ao acirramento dos conflitos e, também, aos grupos políticos antagônicos (um deles em alguns momentos era o próprio Governo Federal) e se mesclou com questionamentos sobre a falta de controle da produção mineral, sua inviabilidade econômica e/ou o fim da atividade por possuírem outros interesses sobre as áreas onde estão concentrados os minerais. Nessas discussões os trabalhadores se situam mais como sujeitos ausentes, ou como objetos necessários à realização do desenvolvimento, do que como pessoas que se fazem enquanto classe nas relações que estabelecem nos vários espaços

que ocupam. E é, sobretudo, na narrativa dos trabalhadores, que esses colocam a si próprios como sujeitos, e a garimpagem como uma atividade necessária para a sua vida.

Acreditamos que esta perspectiva ao analisar as imagens é importante porque destaca as posições dos diversos grupos e dos trabalhadores dos garimpos, colocando em contraste as representações das suas relações dentro do campo de disputa. Adentramos as discussões com o intuito de percebermos as posições para entendermos os limites desses interesses, expressos nas fontes e nos caminhos que percorremos ao analisá-las.

Garimpeiro, termo que ultrapassa a condição de trabalhador do garimpo, é utilizado pelos mais diversos segmentos e categorias que desenvolvem a atividade. Essa diversidade que transparece na construção das mais variadas imagens indica a complexidade das relações sociais vividas por aqueles que se dedicam à extração mineral e nos auxilia na compreensão das tensões e conflitos que marcaram e marcam a região.

1.1 Os “homens decididos” e a preservação da Amazônia

Algumas das imagens que podemos discutir dentro das temáticas que visualizamos nas fontes em que pesquisamos, e que se entrelaçam com a problemática cujo cerne são os trabalhadores dos garimpos é a de garimpeiro poluidor, aqueles que depredam em oposição à preservação da natureza e dos povos nativos.

Podemos destacar, em meio aos diversos posicionamentos, a narrativa de José Altino que cumpre um papel importante junto aos garimpeiros e políticos não só em Roraima, mas na região Amazônica, especialmente porque se expressa como o principal dirigente sindical representante da categoria garimpeiros. Vejamos uma de suas visões sobre os trabalhadores dos garimpos:

“Vinte e tantos anos atrás, chegados à Amazônia, montamos um garimpo no interior do Estado do Amazonas. Uma clareira com formato de caxãozinho aberto, em meio à floresta, mas contendo de saída uma clareira de trezentos e tantos homens. Vindo com costumes diferentes, achamos melhor e por bem que não tivesse mulher em nosso meio. O intuito era evitar problemas e confusões. Fizemos então retirar as mulheres, que já haviam chegado à área, e lá deixamos apenas os homens.

Foi o suficiente para notarmos o aumento da agressividade, mau humor e beligerância excessiva. Ficava difícil o diálogo para administrar tudo aquilo. Resolvemos então nos dirigir à capital, Manaus, e para lá conseguirmos algumas mulheres que quisessem vir para prestar o delicado serviço.”⁹⁰

⁹⁰ MACHADO, José Altino. *Campanha Doce, Pimenta Brava*. Minas Gerais: Iacocca, 2005.p.145.

É importante destacar que José Altino, além de possuir uma frota de aviões, tinha vários garimpos na Amazônia, inclusive em Roraima. E apesar do fato que descreve não ter ocorrido em Roraima é importante analisarmos este recorte a fim de percebemos como se dá sua relação e visão sobre os trabalhadores dos garimpos, pelo menos neste momento, já que se constitui um sujeito inconstante, pelas características dos locais onde estão instalados os trabalhadores, em meio à floresta, isolados do contato com a cidade e sofrendo uma intensa exploração à medida que as áreas de lazer são restritas aos mesmos locais isolados. O próprio José Altino percebe o aumento da agressividade dos trabalhadores, pois com a falta de controle da produção por parte deles, a super exploração e a falta de áreas de lazer, a violência se torna a válvula de escape desses trabalhadores. Uma visão dessas pessoas como rudes, a quem faltariam normas de convivência social; uma relação entre o eu e os outros, marcada pela disputa, o que anularia o convívio humano entre os pares.

Na visão de José Altino, essa agressividade deveria ser sanada com a disponibilidade das mulheres para os trabalhadores se saciarem através do ato sexual. Ele não vê a agressividade como um problema estrutural de exploração dos trabalhadores. Esse recorte do texto de José Altino, a nosso ver, define uma das visões que tem dos trabalhadores dos garimpos que na verdade é expressão da sua relação de classe e da defesa das formas de exploração dos trabalhadores. Há também uma visão discriminatória sobre as mulheres, aquelas “que quisessem vir para prestar o delicado serviço”.

É importante destacar que o livro escrito por José Altino, como ele mesmo diz, trata de fatos ocorridos há vinte anos, depois de seu envolvimento direto nos conflitos nos garimpos na Amazônia. É importante ressaltar que seu vínculo maior foi com políticos e empresários que tinham interesse na mineração, ou seja, sua visão sobre os trabalhadores dos garimpos tem relação direta com a sua posição de empresário e investidor dos garimpos.

Ao falar de conflitos na Amazônia, José Altino, em seu livro de crônicas, diz

“Conflito em Rondônia, em área altamente mineralizada com cassiterita (estanho). A empresa Oriente Novo, de São Paulo, entrara na reserva de garimpeiros, disputando com eles esse minério e o ouro do Rio Madeira...

Como no Brasil tudo é diversão, no fim, tanto garimpeiros quanto o pessoal ocupante da balsa acabaram por achar graça da louca situação, embora ela tenha deixado aí uns dois ou três defuntos, e alguns feridos.

Mas tudo é diferente à beira do rio selvagem e com a liberação de forças íntimas, que são naturais em homes decididos. A coisa dá medo, fica preta, fere e machuca. Talvez por isso, no comportamento de hoje, existem estratégias mais modernas para discussões, e os homens um pouco mais se afeminaram, dando preferência a modalidade mais amena” (128, 129)

Não temos a intenção de analisar os fatos que descreve o autor, mas sim a construção da imagem de violência e dos conflitos em que os garimpeiros estão envolvidos que perpassam a fala de José Altino. Para José Altino a violência durante a resolução dos conflitos nos garimpos é a “liberação de forças íntimas” e também “naturais em homens decididos”, assim, naturaliza a violência na região amazônica como se ela estivesse intrínseca aos homens garimpeiros. Ao falar da violência em seu livro a coloca de forma bastante cômica e sempre tratando de um modo natural, próprio daqueles homens garimpeiros para resolução de problemas. Afinal são “homens decididos” o contrário do que ocorre na atualidade são homens “afeminados” que não têm a coragem de resolver as coisas como os destemidos garimpeiros da Amazônia que “ferem e machucam” e chegam a “dá medo”.

Podemos destacar outras imagens sobre os trabalhadores dos garimpos e de outras categorias que fazem parte do processo de produção mineral e que são denominados também de garimpeiros. Devido à impossibilidade de, muitas vezes, não conseguirmos realizar a fragmentação dos grupos e categorias que se incorporam na denominação garimpeiro, em consequência da complexidade do termo, realizaremos a dinâmica de nos referirmos ao conjunto nominado. Algumas imagens são construídas por diversos grupos que discutem as áreas em que são realizadas a exploração mineral e um desses grupos são os antropólogos que defendem uma determinada posição dentro das discussões. Observemos o que diz o antropólogo e escritor Jan Rocha⁹¹:

“Os garimpeiros trouxeram barulho, poluição contaminação por mercúrio, violência, armas, bebidas alcoólicas e prostituição. Acabaram com a autossuficiência das aldeias com a introdução dos alimentos industrializados. Porém, de tudo quanto trouxeram, o pior foram as doenças e as epidemias. (p.70)

Para os indígenas, o barulho, a fumaça e as máquinas estranhas devem ter parecido realmente o fim do mundo, mas a única explicação racional para eles, para as repentinhas e progressivas doenças a atormentá-los, provinha do mundo dos espíritos.”⁹²

O autor se apoia nas discussões defendidas pelos índios, igreja católica, grupos de antropólogos e algumas ONGs, em que colocam os garimpeiros como autores diretos da desgraça que assolam as aldeias dos povos indígenas. Nesse sentido, observamos na citação

⁹¹ Jan Rocha é uma jornalista inglesa correspondente do *Guardian* no Brasil, com a missão de rememorar o Haximu. A jornalista tem vínculos com Claudia Andujar, uma das lideranças da Comissão Pró Yanomami, uma ONG que trabalhou com a educação e saúde dos povos indígenas. Algumas ações realizadas pelas ONGs em prol dos povos Yanomami eram realizadas em unidade com a Igreja, especialmente o CIMI.

⁹² ROCHA, Jan. *Haximu: o massacre Yanomami e as suas consequências*. São Paulo: Editora Casa Amarela, 2007.p.71.

acima uma imagem construída do garimpeiro como “impuro” que leva os males sociais ao povo “puro” e ingênuo que vive da natureza sem devastá-la.

O antropólogo Luigi Eusebi e a jornalista Jan Rocha estão vinculadas às ONGs que realizavam atividades nas reservas indígenas, nas décadas de 1970 e 1980, lidando com a questão Yanomami e a defesa dos povos. Para eles a ideia de preservação desses povos tem um sentido comum que é a não mineração nas reservas. Para eles a culpa dos males aos povos indígenas é dos garimpeiros. Essas posições são importantes para compreendermos porque falam dos índios e imputam aos garimpeiros a responsabilidade.

O problema que carrega essa imagem do garimpeiro “impuro” é que ela se estende de maneira generalizada aos garimpeiros e não consegue atingir os responsáveis pelo atendimento ou implantação das políticas públicas no que se refere às estruturas para lidar com a saúde e higiene da população que, neste caso, seria de responsabilidade do Estado, juntamente com seus órgãos, concorrendo com os próprios proprietários, que mantêm trabalhadores em péssimas condições, justificadas pelo desentendimento e situação caótica em que ocorre a mineração, favorecendo assim a continuidade das atividades. À medida que não há clareza sobre os responsáveis pela desestruturação da produção mineral, o elo mais fraco da cadeia, neste caso os garimpeiros, os trabalhadores mais especificamente, recebem as injúrias e sofrem com a mesma falta de assistência que acomete os índios, que são vítimas da mesma situação que se instalou junto com a mineração.

José Altino ao tratar desta particularidade nas discussões sobre os garimpos se posiciona, em uma entrevista realizada no programa da TV *Roda Viva*, da seguinte forma:

“Nós já estamos na malária. Eu quero te lembrar uma coisa. Uma das coisas que mais me revoltam na Amazônia - e você sabe disso - é esse questionamento de garimpeiro carregar doença. Isso é revoltante, porque isso é um crime de omissão de Estado, isso é um absurdo, isso é uma coisa que não devia ser nunca [enfatiza] alegada por parte, principalmente, do governo. E, principalmente, por entidades que ganham expressão na defesa do direito humano e na defesa do direito à saúde humana... Isso é um assunto que não devia nem ser tocado, porque eu acho um crime e um absurdo; é criminoso você dizer que alguém está levando doença para alguém porque está doente, [é criminoso] não haver uma promoção e ninguém sair para tratar esse cara que está doente... Quer dizer, para os garimpeiros é usado esse título, e eu não vejo usar o mesmo título, e fico ali sentado na frente da televisão, assistindo à campanha de não discriminação do aidético [...], para que todos não discriminem o aidético, que carrega dentro de si até um vírus que leva à morte, e para os garimpeiros, porque carrega uma doença... Por que [é] que não cuida desses garimpeiros?... O que acontece com o país. que nós tivemos, por exemplo, 152 mil casos de malária, na Amazônia inteira, em 1987, e, de repente, nós chegamos na década de 1990, com um milhão de casos?... A atribuição... a atribuição do resultado é que está errada. A atribuição do resultado é que está errada. E, inclusive, extirpar o direito de trabalho de uma pessoa em função da cultura que ela tem para exercer o seu trabalho é que eu acho que também está errado. E lhe digo mais, lhe digo mais: aquilo que aconteceu, aquela explosão humana dentro daquela área, lá, e o final dela

acabou até muito bem, no meu entender. Porque é um absurdo que nenhum, talvez... eu não posso dizer isso aqui dos presentes, mas, na maioria, ninguém nunca viu que jamais um governo administrou um garimpo? A quem compete isso? É a população em marcha para trabalhar e o governo fica para trás?"⁹³

José Altino toca em uma questão pontual que é a falta de assistência do Governo. Para ele, é devido ao descaso dos governos nesse período que prolifera uma diversidade de problemas, inclusive as doenças, dentre elas a malária, responsável por diversas mortes nos garimpos. O que José Altino deixa de dizer é que os próprios proprietários, como ele, têm sua parcela de culpa ao colocarem os trabalhadores em situação de total falta de assistência e trabalhando sob um regime de super exploração. E devido aos descasos de ambos, governo e proprietários dos garimpos, é que se acentuam a situação caótica, com isso a proliferação de doenças tanto em índios como em garimpeiros. Dessa forma, José Altino em sua fala questiona a imagem de "impuro" constituído em torno dos garimpeiros, aqueles que disseminam as doenças as povos nativos, mas não avança nas discussões sobre os responsáveis pelas doenças nas reservas indígenas, chega apenas ao que convém ser de responsabilidade do governo.

Para o antropólogo Luigi Eusebe⁹⁴ existem formas de resolver essa situação

"A solução do problema Yanomami é exclusivamente política. Depende da busca de alternativas de desenvolvimento socioeconômico real, que não dependam da extração ilegal das riquezas minerais de Roraima. Depende da vontade de garantir condições decentes de sobrevivência aos garimpeiros, cuja existência é consequência da terrível situação de miséria em que vive o amplo segmento da população e da falta crônica de terra para viver e trabalhar, absurda num país continente. Depende, enfim, da aceitação de um progresso não predatório, que preserve o patrimônio natural das regiões e que, acima de tudo, não destrua a vida, a cultura, a diversidade dos Yanomami."

De acordo com essa visão, deve-se dar condições aos garimpeiros de sobreviverem sem a necessidade de adentrarem as matas para a atividade de extração mineral, ou seja, a imagem de que é por falta de outras condições para sua sobrevivência que muitos trabalhadores rumam pelos sinuosos caminhos da garimpagem. Temos aqui a imagem do garimpeiro trabalhador necessitado e as condições adversas que os levam aos garimpos. Essa perspectiva de resposta ao problema só teria eficácia se também não houvesse a canalização de

⁹³ Entrevista realizada no programa Roda Viva 30/5/1993 . Endereço: <http://tvcultura.cmais.com.br/feed>. Acesso em 08/01/2012.

⁹⁴ Luigi Eusebi, originário da cidade de Turim, na Itália. Em 1987, juntamente com a sua mulher, integraram-se a uma cooperação internacional de proteção aos povos indígenas e viveram por três anos em Roraima. O Livro "denúncia" se refere aos conflitos e problemas que vivenciou ao acompanhar a vida dos povos na Amazônia.

investimentos na atividade, melhor dizendo, se não houvesse o fomento de políticos e investidores nessa atividade.

É possível observar que o autor se utiliza de uma imagem de preservação dos índios em oposição a aquilo que não se preserva que é a atividade de garimpeiragem. Mais uma vez ressaltamos dois elementos que corroboram com a construção de imagens e perpassam as fontes que analisamos que é a imagem do garimpeiro poluidor e do índio que precisa da preservação. Essa visão dicotômica que se opõe está firmada em muitos discursos por aqueles que são contra as atividades de mineração em Roraima, ou em alguns casos, contra a produção mineral realizada através de pequenos empreendimentos.

2.2 Garimpeiros: desbravadores, aventureiros e vítimas

Durante a análise das fontes observamos outras imagens intrincadas nas discussões sobre a atividade de exploração mineral. Uma delas é sobre o garimpeiro tido como uma figura destemida, aventureiro e desbravador. No Diário Oficial da Assembleia Legislativa nº 50, página 05, data 27/10/1992, o deputado Otoniel Ferreira de Souza diz:

“Esses homens, independentemente do trabalho que executaram, foram guardiões das próprias fronteiras eles guarneceram as nossas fronteiras as margens do Maú, até a fronteira com a Venezuela, muita gente aqui não sabe, mas nós que andamos com o jamaxi⁹⁵ nas costas na época em que éramos garimpeiros. Nós conhecemos isto de perto, e víamos o velho Severino Pereira⁹⁶... defendendo o interesse do nosso Estado, do nosso Brasil... hoje não posso deixar de fazer aqui o meu protesto em defesa do cidadão que decentemente trabalhou com o intuito de dar melhores dias a seus filhos. Sem usurpar o dinheiro público, transferindo o seu domicílio para dentro do mato, criava gado, suas pequenas criações e nas horas vagas botava uma bateia, um palim e ir à busca de ouro que tem naquela região...”

Aqui vemos o garimpeiro desbravador, uma figura destemida capaz de adentrar os rincões da Amazônia, ir aos lugares mais longínquos. Ainda assim, capaz de contribuir para a proteção e desenvolvimento do Estado; não era um simples trabalhador, mas era um homem de coragem. Além do mais, o próprio deputado, em seu discurso, se transveste da imagem desse garimpeiro figurado como um herói da nação.

⁹⁵ Jamaxi é um cesto de palha específico para carregar nas costas.

⁹⁶ Severino Pereira é um dos primeiros garimpeiros a adentrar as reservas indígenas.

Essa imagem do garimpeiro como desbravador é encontrada em muitas matérias dos jornais. A *Tribuna de Roraima*⁹⁷ trouxe uma reportagem que ilustra essa imagem do garimpeiro. Analisemos.

“no ano de 1925 ele fundava a sua própria fazenda a qual dava o nome de ‘Nova Ilusão’, localizada na região do Rio Parimé, ao norte do Território. Daí ele começou a interessar-se pelo garimpo, atividade que lhe rendeu muito dinheiro viabilizando a sua tendência pela pecuária.”

A matéria traz uma página sobre a vida de Alcides Lima que se empenhou em adentrar os garimpos e logo que chegou à região adquiriu a fazenda “Nova Ilusão” e trabalhou na extração mineral e com os ganhos investiu na pecuária, prática comum da população migrante que morava no interior nesse período. Ainda coloca que Alcides credenciou-se como diamantário, viajou para o Rio de Janeiro, São Paulo. Trabalhou na Venezuela no Garimpo do Polaco. Foi o primeiro a ocupar a fronteira Marco BV-8 (Divisor) em 1936 onde ficou até 1966 quando foi acusado pelo governo militar de contrabandista. Neste título temos, então, a imagem do garimpeiro desbravador e aventureiro que é construída sob um discurso de manutenção da garimpagem nas áreas de mineração. Ainda nesse recorte do jornal *Tribuna de Roraima* observamos dois tempos distintos, aquele a que a matéria se refere e o tempo em que ela é lançada ao público. Esses dois tempos têm um significado simbólico, já que foi uma forma utilizada pela redação de recorrer às origens, aos “pioneiros” que construíram patrimônio com as atividades de garimpagem e também de pecuária nas áreas em disputa com as comunidades indígenas, para se estabelecer uma relação de permanência de continuidade dessas atividades nessas áreas.

Na fala dos trabalhadores também é possível perceber uma imagem de desbravador gerada através de suas andanças e migrações constantes em busca de novas áreas para a garimpagem. Vejamos como são construídas as imagens de garimpeiro desbravador e destemido na fala de um entrevistado, Arnaldo diz:

“Antes de vim pra Roraima... eu fui pra... pra Macapá... eu fui trabalhar no yapoque de merguiu também... (Depois) eu vim mergulhar no Caciporé, a mesma região, noutro rio... (de) lá sim foi a época do garimpo de Roraima eu vim pra cá, pro garimpo de Roraima pra trabalhar... já trabalhei na Venezuela, Goiana Inglesa, Suriname, Goiana Francesa tudo eu trabalhei... a maior parte (tem) só brasileiro nesses lugares... todo lugar que você chega pra comprar um refrigerante, almoçar sempre tem uma, tem aquelas pessoas... que (são) brasileiros lá junto, uma mulher, homem que é pra conversar com as pessoa, com os outros que chega... a gente num

⁹⁷ TRIBUNA DE RORAIMA. Alcides Lima desbravador da fronteira. 08/08/86.P.07.

se trapaia não, todo tempo no português direto, a gente num se enrola de jeito nenhum não.”⁹⁸

Percebemos na fala do entrevistado um sentido de aventura sobre a sua experiência na atividade de garimpagem à medida que ao longo dos períodos em que esteve na atividade teve que adentrar em regiões desconhecidas, muitas vezes em outros países. Conseguimos elencar dois aspectos nesta imagem de aventureiro construída pelo próprio trabalhador, o primeiro se refere às necessidades devido às circunstâncias em que vivem esses trabalhadores do garimpo e o segundo se refere às escolhas que os indivíduos fazem diante de suas condições de vida.

Mais uma fala de uma entrevistada que diz “não é toda mulher que tem coragem né minha filha de enfrentar uma vida dessas porque garimpo é garimpo. Garimpo foi feito pra homens e pra mulher de coragem e a maioria não tem, não tem essa coragem.”

Percebemos claramente na fala da entrevistada a imagem do garimpeiro de coragem para enfrentar as condições adversas em que se encontram os garimpos em Roraima. Pois, para a entrevistada não são todos que conseguem enfrentar os obstáculos para chegar às regiões de garimpo e trabalhar nesses locais.

Observamos na fotografia produzida por uma trabalhadora do garimpo essa imagem do desbravador e corajoso garimpeiro, pois eles vivem e trabalham em condições adversas. O que reforça ainda mais o elemento que elencamos acima que se refere à escolha dos indivíduos para se inserirem nessa atividade.

Imagen: Acampamento

⁹⁸ A referência está na página 34.



Para a análise da fotografia recorremos a Mauad quando diz que

a fotografia é interpretada como resultado de um trabalho social de produção de sentido, pautada sobre códigos convencionalizados culturalmente. É a mensagem, que se processa através do tempo, cujas unidades constituintes são culturais, mas assumem funções sígnicas diferenciadas, de acordo com o contexto no qual a mensagem é veiculada, quanto com o local que ocupam no interior da própria mensagem. Estabelecem-se, assim, não apenas uma relação sintagmática, à medida que veicula um significado organizado, segundo as regras da produção de sentido nas linguagens não verbais, mas também uma relação paradigmática, pois a representação final é sempre uma escolha realizada num conjunto de escolhas possíveis.⁹⁹

Dito isto, de acordo com a autora, é necessário compreender que a fotografia tem um sentido, uma linguagem carregada de mensagens culturais e sociais porque é produzida socialmente e traz um fragmento de realidade, um recorte sempre organizado através de escolhas de quem a produz. A autora ainda diz sobre a fotografia analisada enquanto um documento.

O testemunho é válido, não importa se o registro fotográfico foi feito para documentar um fato ou representar um modo de vida... há que se considerar a fotografia, simultaneamente como imagem/documento e como imagem/monumento.

⁹⁹ MAUAD, Ana Maria. *Através da imagem: fotografia e história, interfaces*. Revista Tempo, Rio de Janeiro, n.2, 1996, p.73-98. p.07. Endereço: http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg2-4.pdf. Acesso em 27/03/2013.

No primeiro caso, considera-se a fotografia como índice, como marca de uma materialidade passada, na qual objetos, pessoas, lugares nos informam sobre determinados aspectos desse passado – condições de vida, moda, infraestrutura urbana ou rural, condições de trabalho etc. no segundo caso, a fotografia é um símbolo, aquilo que, no passado, a sociedade estabeleceu como a única imagem a ser perenizada para o futuro. Sem esquecer jamais que documento é monumento, se a fotografia informa, ela também conforma uma determinada visão de mundo.¹⁰⁰

Diante dessa perspectiva, de acordo com Mauad, é necessária a compreensão total da fotografia, não apenas a sua representação daquele recorte, mas a sua produção como a própria autora fala o “texto e contexto”. Por isso, acreditamos que para a análise da fotografia acima é necessário compreendermos a sua produção. A fotografia faz parte do acervo de uma trabalhadora do garimpo, cedida pela irmã Maria, e que no momento em que a fotografia foi capturada devia estar trabalhando como cozinheira no garimpo, ou poderia estar de passagem.¹⁰¹ Não temos muitas informações sobre as datas de produção da imagem apenas o período na qual elas podem ter sido produzidas. Pelas informações que nos foram dadas, entre os anos de 1990 a 2008. É importante sabermos que a fotografia que uma trabalhadora do garimpo guarda em seu acervo pessoal carrega consigo um significado na sua vida social.

As escolhas e os recortes que a fotografia carrega são importantes para compreendermos a imagem que os trabalhadores dos garimpos produzem de si, já que a fotografia obedece a padrões sociais no qual trazem consigo signos que se referem ao lugar social em que os sujeitos estão inseridos. Na fotografia vemos o recorte do que parece ser uma montagem de acampamento, fase inicial dos trabalhos nas regiões de garimpo: uma área em meio à mata previamente foi limpa, com alguns bancos e gerais montados, algumas lonas e redes armadas, um homem atiçando o fogo, não se sabe se é para coser algum alimento ou para espantar os mosquitos, insetos, animais e etc., no local também estão presentes mais outros dois deitados. Nessa fotografia observamos a imagem do garimpeiro desbravador e corajoso que faz parte de uma concepção construída socialmente sobre os trabalhadores dos garimpos tanto por outros grupos como por eles próprios.

Diante disso, observamos que a imagem do garimpeiro desbravador e aventureiro está presente também na imagem que os trabalhadores dos garimpos constroem de si. Essa imagem perpassa também a fala dos entrevistados. Ema fala um pouco de como a reconhecem e como ela se reconhece na atividade dentro do garimpo.

¹⁰⁰ Ibidem. p.08.

¹⁰¹ O nome Maria foi substituído devido à situação delicada em que se encontram os trabalhadores dos garimpos em Roraima com as constantes operações e prisões engendradas pela polícia. A data grafada nas imagens podem não corresponder à data em que as fotos foram tiradas e os locais específicos dos garimpos onde as fotos foram tiradas também não são possíveis de serem informados. As fotos foram disponibilizadas no dia 10/06/2012.

“O que as pessoas falam é que nós somos corajosas, nós tem(os) muita coragem de trabalhar no garimpo pra saber que uma mata daquela ficar junto com monte de homem garimpeiro, índio, porque eles pensam que os índios são bravos, aí pensam que a gente tem muita coragem. Porque a gente que trabalha e a gente não tem medo não. O tempo que eu tava trabalhando era muito bom e eu só vim mesmo pra cidade porque os garimpos daqui fechou, aí não deu mais pra mim voltar pro garimpo, mas eu pretendo voltar.”¹⁰²

Mesmo as mulheres que trabalham nos garimpos carregam certo orgulho pela coragem de estarem trabalhando nessas áreas, com essas condições, como demonstra em sua fala Ema. Ou seja, os trabalhadores dos garimpos não são trabalhadores comuns, são imbuídos de coragem, e é com essa construção que eles são colocados em um patamar de figura heroica.

Corroborando com a defesa dos garimpos, percebemos que a imagem construída dos garimpeiros como vítimas estão atreladas às imagens de aventureiro e desbravador nas diversas fontes que analisamos. Na Ata da Assembleia de nº 150, do dia 25 de fevereiro de 1993 a Deputada Vera Regina Guedes da Silveira diz:

“Eu quero anunciar a recente chegada do Ministério da Justiça do nosso Estado, chegando nesse instante, dirigindo-se ao Surucucu, para iniciar a Operação Selva Livre III. A presença de um ministro, registra mais uma vez, o início da operação de caça dos trabalhadores de Roraima. E não há dúvida nenhuma que é mais uma encenação para a mídia nacional, sacrificando mais uma vez e colocando este Estado numa péssima situação”. (p.03)

Podemos observar nesta citação os questionamentos sobre a atuação do Governo Federal que estaria colocando o Estado de Roraima em uma situação ruim. O posicionamento da deputada Vera Regina se faz bastante presente nas fontes em que analisamos nos jornais locais, diários e atas da Assembleia assumindo claramente o posicionamento de defesa dos garimpos em Roraima. Na maioria das vezes o faz com muita sutileza como na citação acima. Está presente também nas comissões para averiguar a situação de conflito entre índios e garimpeiros, sempre denunciando que o governo toma medidas precipitadas contra os garimpeiros.

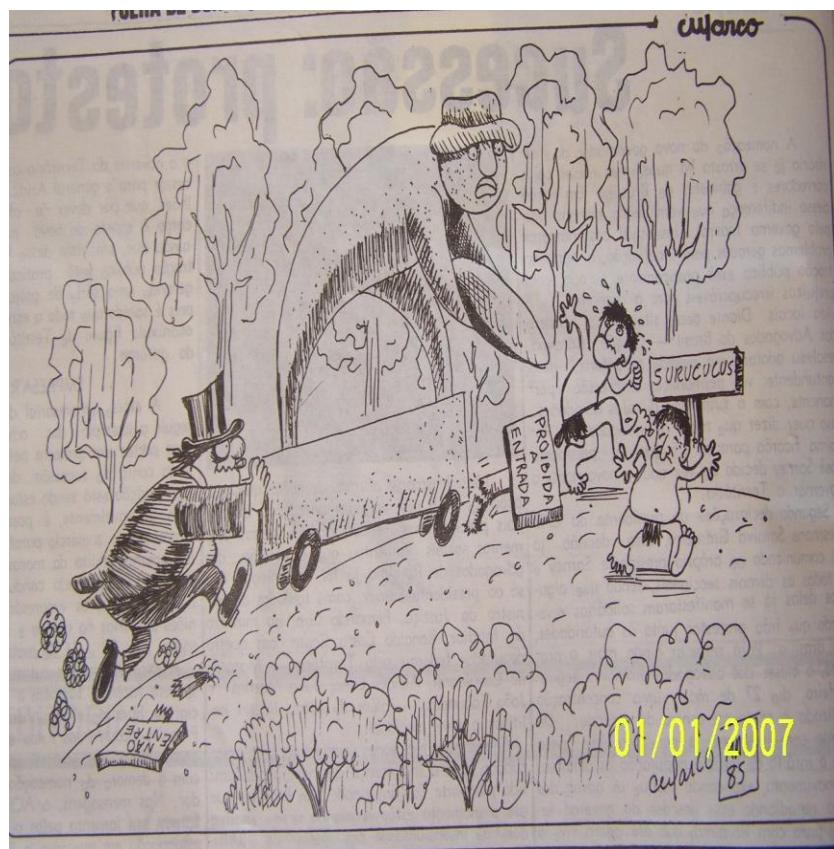
Assim, a imagem do trabalhador, na fala da deputada Vera Regina, aparece como vítima e é trazido a fim de acentuar a intenção de desrespeito do órgão incumbido da ação de retirada dos trabalhadores dos garimpos. Ou seja, aquele trabalhador, que não é um simples

¹⁰² Essa entrevista foi realizada no dia 26 de agosto de 2008. Nesse período a entrevistada encontrava-se cumprindo pena por tráfico de drogas. Começou a trabalhar nos garimpos no início dos anos 1990 quando os garimpos em Roraima estavam em processo de fechamento. Assim como os outros entrevistados tivemos o cuidado de substituir o nome da entrevistada.

trabalhador, que ajudou a proteger as fronteiras e desenvolver a economia do Estado, está sendo caçado como um criminoso, por isso a própria imagem do Estado ficaria manchada, uma vez que os trabalhadores que são retirados dos garimpos não têm para onde ir tornando a periferia da cidade um caos. Aqui vemos a imagem do garimpeiro vítima das ações do governo.

Observamos a construção de outras imagens sobre os garimpeiros pouco diversas da imagem defendida pela deputada Vera Regina, que é a imagem do garimpeiro manipulado. Analisemos a charge.

Imagen: Sai da frente!¹⁰³



Observamos na imagem um homem muito bem vestido que empurra a estátua “o garimpeiro” nas reservas indígenas. Para adentrar as reservas com a estátua, o homem atropelou todos os avisos de “proibido a entrada”, inclusive ameaçando atropelar os índios. A estátua “O Garimpeiro” está localizada na praça do Centro Cívico, na parte central da cidade de Boa Vista, que tem uma estrutura bastante peculiar, porque as ruas formam um leque que

¹⁰³ FOLHA DE BOA VISTA. Imagem: Sai da frente. 2 e 7 de junho de 1985.p.02.

converge para um ponto central, onde está uma grande rotatória. Ao seu redor localizam-se os órgãos públicos, como Palácio do Governo, Assembleia Legislativa, Fórum, dentre outros. No interior da circunferência está a estátua estilizada “O Garimpeiro” que é um garimpeiro manuseando uma bateia.

A imagem monumento foi colocada naquele ponto central no final da década de 1960 durante o governo de Hélio da Costa Campos, influências do Milagre Econômico do período militar. Para os representantes do governo simbolizava o desenvolvimento do Território fundamentado na exploração das “riquezas minerais”, como parte da reprodução do capital que servia aos interesses de uma classe social a quem detinha o poder.

Essa mesma imagem monumento, “O Garimpeiro”, na qual tinha o garimpeiro como símbolo de desenvolvimento do Estado, na charge passa a se configurar em ameaça e transgride determinações expressas de não entrar nas reservas indígenas. Na mesma imagem vemos os índios com os rostos assustados e desbaratinados com a ação de invasão. Aquela imagem do garimpeiro símbolo do desenvolvimento, representado no monumento estilizado da praça central, passa para uma imagem do garimpeiro manipulado e que transgride as determinações do poder público, além de ameaçar os índios inocentes. Esta imagem se refere explicitamente à invasão das reservas indígenas pelos garimpeiros e que supõe a manipulação destes por um indivíduo para que a ação ocorra. Assim, o garimpeiro carrega a imagem de transgressor e também de manipulável.

No mesmo título temos mais uma matéria que nos esclarece ainda mais sobre o discurso adotado pelo jornal para a construção da imagem dos garimpeiros que estamos analisando. A matéria traz como título, “Garimpeiros marcam data para a invasão de surucucus”¹⁰⁴, e uma reportagem comunicando que em Assembleia os garimpeiros, em torno de mil presentes, decidem invadir o surucucus. Nesta matéria a invasão estaria sendo liderada por José Altino que anuncia ter o apoio de três mil homens, 80 aviões e diz ter, ainda, o apoio de pessoas com bastante influência como o ministro das Minas e Energia Aureliano Chaves de Mendonça (ex- vice-presidente da República).

A matéria afirma que o jornalista Péricles Perruci¹⁰⁵, tem se colocado em defesa de José Altino, declarando especulativamente que o governador de Manaus, Gilberto Mestrinho, dará apoio logístico. Porém, mesmo com toda a articulação e apoio, o governador de Roraima, Arídio Martins de Magalhães, diz-se contrário ao movimento de invasão encabeçado por José

¹⁰⁴ FOLHA DE BOA VISTA. Garimpeiros marcam data para a invasão de surucucus. 2 e 7 de junho de 1985.p.03.

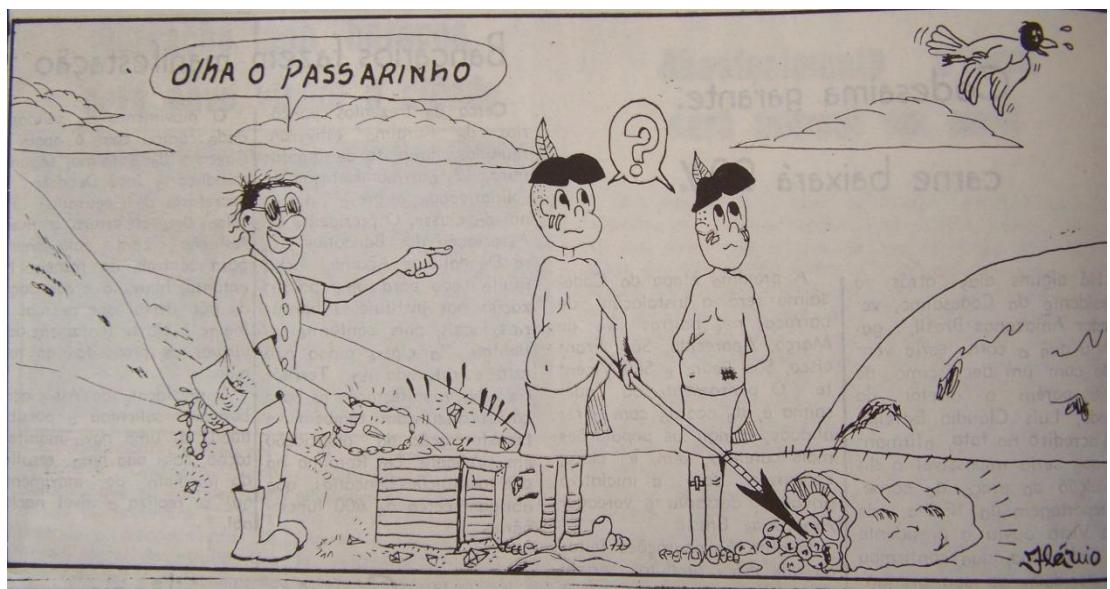
¹⁰⁵ O jornalista Pericles Perruci é proprietário do jornal *Tribuna de Roraima*.

Altino e o tratamento aos garimpeiros será a expulsão e, consequentemente, uma nova prisão a José Altino por perturbar a ordem pública já que toda a organização de invasão das reservas indígenas pelos garimpeiros está sob sua liderança.

De acordo com a matéria, quem está arregimentando a invasão é José Altino, que diz ter boas relações com pessoas importantes dos órgãos públicos e de poder político a fim de sustentar a invasão. Então, pode ser que na imagem do garimpeiro manipulado que adentra as reservas indígenas, mesmo com as placas de proibido, esse homem que manipula é José Altino Machado que empurra os garimpeiros para a invasão das áreas como na charge acima. É necessária a compreensão de que o próprio jornal cumpre um papel na construção das imagens e as constrói de acordo com o interesse dos grupos. Nesse momento o jornal defende a disciplinarização da mineração e, por isso, uma aparente defesa da não invasão das reservas indígenas. Essa defesa de não invasão se defendia para que não incorra de forma desordenada, mas sobre as que ocorressem de forma regulada por grandes empresas mineradoras.

Durante a pesquisa encontramos algumas outras charges que tratam da questão da mineração em terras indígenas. E trazemos para a análise mais uma delas, também do jornal *Folha de Boa Vista*, que tem algumas peculiaridades a serem discutidas.

Imagen: Olha o passarinho!¹⁰⁶



Nesta charge vemos os índios serem feitos de bobos por um estrangeiro que fura o ouro sem os índios perceberem. Nesta imagem o índio está colocado como ingênuo, que não

¹⁰⁶ FOLHA DE BOA VISTA. Imagem: Olha o passarinho. 22/09/1985.p.04.

vê maldade na relação, enquanto o estrangeiro aproveita para pegar o que convém, neste caso, as riquezas minerais das reservas indígenas. Esta imagem do índio ingênuo e do saque às suas reservas está sustentado no interesse da mineração de forma disciplinada, ou até mesmo realizada pela grande mineração, já que é um risco a mineração realizada sem controle, pois qualquer pessoa pode se aproveitar da ingenuidade dos índios.

No mesmo título, logo abaixo da charge¹⁰⁷, o artigo “Temos “yanomami: sim ou não?”“. O texto trata da comissão de parlamentares que visitou a reserva indígena e constatou que os índios sofrem de várias necessidades podendo a mineração ser a tábua de salvação. De acordo com a matéria, foi constatada a presença de estrangeiros que se apoderaram das riquezas minerais e também a intervenção de cinco ordens religiosas na área Yanomami. Acreditamos na importância de destacarmos uma frase emblemática da matéria sobre a discussão: “é necessário que exploremos nossos minérios tanto quanto é necessário a preservação de nossos povos indígenas, os primeiros donos das terras.”

Dessa forma, a ideia é que a exploração mineral deve ser realizada no diálogo com a preservação dos povos indígenas, pois este é o ponto crucial da discussão, preservação dos povos indígenas em oposição à exploração mineral. O jornal constrói uma imagem de que as duas coisas podem ser realizadas, exploração mineral e preservação dos índios, e o contraditório se firma na intervenção da Igreja e dos estrangeiros que podem levar as riquezas minerais sem que os índios o percebam. Assim, a imagem de um novo modelo de exploração mineral se constrói sem essa interferência da imagem opositiva e conflituosa entre garimpeiros e índios.

Na imagem a seguir observamos claramente o posicionamento do jornal com relação à invasão de estrangeiros na área.

Imagen: Representante do capitalismo estrangeiro.¹⁰⁸

¹⁰⁷ Nem sempre o texto abaixo da charge indica o mesmo assunto discutido nesse jornal.

¹⁰⁸ FOLHA DE BOA VISTA. Charge: Representante do capitalismo estrangeiro.1987.



Na imagem temos uma primeira sinalização no lado esquerdo “representante do capitalismo estrangeiro” em que aponta para uma figura de um homem vestido com roupa bastante elegante. O “representante do capitalismo estrangeiro” diz ao índio “antigamente tu eras o dono da terra. Hoje somos. Está entendido o Mané” e o índio ingenuamente responde “mas dotor dizer que ouro era pra compra arado pra nós”. Nesta charge há também a ideia de apropriação pelos estrangeiros das riquezas minerais em terras indígenas em que se aproveita da ingenuidade dos índios. Está colocada a necessidade de uma intervenção para a exploração mineral já que os índios não conseguem compreender a malícia dos estrangeiros que se apoderaram das riquezas minerais.

Nessas matérias, nas duas últimas, a imagem do garimpeiro não aparece, pois quando os conflitos se acirram entre índios e garimpos, acobertados também pelo interesse em manter a mineração de forma disciplinada pelas empresas, não é mais possível que a mídia impressa tomasse a defesa da imagem do garimpeiro enquanto aquele incumbido de desenvolver economicamente o Estado. Nessas imagens também havia uma necessidade de colocar o índio e os responsáveis pela manutenção e organização das áreas de disputa como organismos frágeis, incapazes de preservar as riquezas minerais e garantir a paz nas áreas de conflito. E por isso, as “denúncias” de saques às reservas minerais se justificam.

2.3 Aqueles que promovem o conflito

Ao longo de nossa pesquisa vários sujeitos têm a sua imagem marcada nas fontes por promover os conflitos dentro das discussões nas áreas de mineração. Observamos a construção das imagens “daqueles que promovem o conflito” mudar de acordo com os interesses dos grupos que disputam as áreas de mineração e o processo histórico no qual estão inseridos.

Dentro das discussões sobre a mineração nas fontes em que analisamos, observamos as inter-relações das imagens construídas socialmente. Podemos elencar diversas imagens de conflitos e também daqueles que promovem o conflito. Entre os diversos conflitos e aqueles que promovem o conflito com e entre os diversos grupos, observamos que a imagem do sujeito que promove o conflito se dá entre seus pares, um deles se dá entre os garimpeiros como na matéria na *Folha de Boa Vista*¹⁰⁹ cujo título é “outro garimpeiro é morto”. A notícia é de um garimpeiro que mata o outro no beiral, bairro Caetano Filho, localizado próximo ao centro da cidade, um bairro bastante marginalizado. As desavenças entre os dois garimpeiros foram constituídas dentro das áreas de mineração, pois se conheciam do garimpo de outra região, em “Águas Frias”, no Pará.”

Observamos nesta matéria que a violência ocorrida em um bairro de Boa Vista supostamente estaria firmada em desavenças nos garimpos de tempos mais remotos. A imagem desse garimpeiro que “acerta contas”, vingativo, é construída pelo jornal e especialmente nesse período tem uma justificativa particular que firma no interesse em disciplinar a mineração, tomar o controle da produção mineral pela administração do Território e também pelas empresas. A disciplinarização da mineração é uma discussão recorrente já que havia a possibilidade de abrir essas áreas à grande mineração. Durante várias manifestações em que o proprietário do jornal *Folha de Boa Vista* esteve presente, Getúlio Cruz, esse posicionamento foi colocado em debate.

A imagem dos garimpeiros nos conflitos sofre mudanças de acordo com as discussões que são travadas acerca da mineração. Dessa forma, os conflitos não se dão apenas entre garimpeiros dentro e fora dos garimpos, mas também destes com outros grupos e sujeitos que disputam as áreas de garimpagem. Assim a imagem do garimpeiro em meio ao conflito também se modifica conforme as necessidades dos grupos em disputas.

O conflito mais aparente é com os índios que disputam as áreas em que estão localizados os minerais e durante toda pesquisa essa situação de conflito se expressou de forma bastante aparente e complexa. E quando nos referimos a esses conflitos aos

¹⁰⁹ FOLHA DE BOA VISTA. Outro garimpeiro é morto. 05/04/1985. p.08.